

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA
SUL CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE LICENCIATURA DE HISTÓRIA**

SAMARA ALBUQUERQUER DE SOUZA

**MULHERES NEGRAS E MIGRANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA FRONTEIRA SUL - *CAMPUS* CHAPECÓ: ESTUDO DE CASO**

**CHAPECÓ
2024**

SAMARA ALBUQUERQUER DE SOUZA

**MULHERES NEGRAS E MIGRANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA FRONTEIRA SUL - *CAMPUS* CHAPECÓ: ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de licenciada em História.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Renilda Vicenzi

CHAPECÓ
2024

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Souza, Samara Albuquerque de
Mulheres negras e migrantes na Universidade Federal
da Fronteira Sul - Campus Chapecó: estudo de caso /
Samara Albuquerque de Souza. -- 2024.
57 f.:il.

Orientadora: Doutora Renilda Vicenzi

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História, Chapecó, SC, 2024.

1. Trajetórias. 2. Mulheres. 3. Raça. 4. UFFS -
Campus Chapecó. I. Vicenzi, Renilda, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

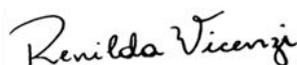
SAMARA ALBUQUERQUER DE SOUZA

**MULHERES NEGRAS E MIGRANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DA FRONTEIRA SUL - *CAMPUS* CHAPECÓ: ESTUDO DE CASO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de licenciada em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 15/07/2024

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Renilda Vicenzi – UFFS
Orientadora

Documento assinado digitalmente

gov.br

ROSANGELA MARIA HUNING
Data: 17/07/2024 16:01:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Me. Rosangela Maria Hüning -
Avaliadora

Documento assinado digitalmente

gov.br

VICENTE NEVES DA SILVA RIBEIRO
Data: 09/08/2024 09:09:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Vicente Neves da Silva Ribeiro – UFFS
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho primeiramente à minha mãe, Beloni, que me criou, me cuidou e me inspirou a nunca desistir dos estudos, sempre trabalhando para que eu pudesse chegar até aqui e concluir minha graduação.

Ao Derócio, por ser meu companheiro durante todo esse percurso da graduação, pelas conversas, pelo incentivo e por cuidar de mim. Te amo muito, sou muito feliz ao seu lado e espero continuar muitos e muitos anos.

Obrigada à minha orientadora, professora e doutora Renilda Vicenzi, que admiro e em quem me inspiro, obrigada pela escuta, paciência, ajuda no desenvolvimento da pesquisa e escrita deste trabalho. Agradeço também aos meus professores que me incentivaram, me ajudaram e ensinaram com muita paciência. Muito obrigada, admiração eterna pelo trabalho de todas as professoras e professores que me ensinaram e ensinam - saibam que são fonte de inspiração.

Às minhas amigas de longa data Eduarda e Fernanda, por me acompanharem por tantos anos, compartilhando momentos bons e ruins, sou muito feliz por essas amizades que com certeza quero que durem muitos anos.

Aos meus amigos que fiz ao longo da graduação, e mantenho contato, sempre trocando muitas conversas e que fizeram meu tempo na graduação mais feliz. Não vou mencionar todos pois o que mais me falta é memória, e se faltar alguém vou me sentir mal, mas saibam que é difícil se livrar de mim.

Agradeço a Hibisco Rosa por disponibilizar um tempo de seu dia para os questionamentos da minha pesquisa, você é muito importante não só para essa pesquisa, mas no mundo também, sou muito grata e te admiro pela sua inteligência e história.

Por fim, mas não menos importante, obrigada a Rosângela Maria Huning por autorizar o uso do relato de Capota Vermelha para essa pesquisa e fazer parte da banca examinadora junto com o Vicente Neves da Silva Ribeiro, agradeço por se disponibilizarem a fazer a leitura e avaliação desta pesquisa. Seus comentários foram muito importantes.

RESUMO

Ao abordar histórias de migrações negras femininas, esta pesquisa propõe investigar as conexões entre a universidade como um lugar institucional e estudantes negras migrantes. Uma instituição que ao mesmo tempo acolhe pode excluir, pois está imersa em uma sociedade marcada pelo racismo. Nós propomos aqui um olhar que aborda trabalho, gênero, raça e migração. Acerca da exclusão associada a discriminação implica a permanência acadêmica de mulheres migrantes negras que estudam na UFFS *campus* Chapecó, permanência esta que é impactada pela língua, pela cultura e por outros aspectos de um país que tais migrantes escolheram para viver, trabalhar e estudar. A base conceitual desta pesquisa é da interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021), assim como bibliografias que distinguem como os diferentes aspectos que caracterizam os racismos estrutural e institucional (Almeida, 2019; Kilomba, 2018). A abordagem metodológica caminha pelos relatos de duas mulheres migrantes negras, nominadas como Hibisco Rosa e Capota Vermelha na intersecção enquanto mulheres, estudantes, trabalhadoras e migrantes. Os resultados iniciais indicam para a existência de racismo institucional e estrutural o que provoca deslocamentos na vida estudantil e de trabalho das mesmas.

Palavras-chave: Trajetórias; Mulheres; Migração; Raça; UFFS - *Campus* Chapecó.

ABSTRACT

By addressing histories of black female migration, this research investigates the connections between the university as an institutional place and black migrant students. An institution that at the same time welcomes can exclude, as it is immersed in a society marked by racism. We propose here a perspective that addresses work, gender and migration. Regarding the exclusion associated with discrimination, it implies the academic permanence of black migrant women who study in UFFS Chapecó campus, a permanence that is impacted by the language, culture and other aspects of a country that these migrants choose to live, work and study. The conceptual basis of this research is the intersectionality (Collins; Bilge, 2021), as well as bibliographies that distinguish different aspects that characterize the structural and institutional racisms (Almeida, 2019; Kilomba, 2018). The methodological approach walkthrough reports of two black migrant women, nominated Hibisco Rosa and Capota Vermelha in intersection as women, students, workers and migrants. The initial results indicate the existence of institutional and structural racism, which provokes changes in the study and work lives of these women.

Keywords: Trajectories; Women; Migration; Race; UFFS - *Campus* Chapecó.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. MIGRAÇÃO, TRABALHO, UNIVERSIDADE E MULHERES NEGRAS	16
1.1 Imigração recente: segunda década do século XXI em Santa Catarina	18
1.2 Programa de acesso ao ensino superior na UFFS: PROHAITI e Pró-Imigrante	26
1.3 Existe racismo na instituição?	27
2. EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES MULHERES, NEGRAS E IMIGRANTES NA UFFS – CAMPUS CHAPECÓ	36
2.1 Racismo estrutural	36
2.2 “É que é uma coisa na nossa cultura. E é assim mesmo. Quando você termina os estudos, às vezes os pais decidem o que que você vai fazer. Tipo não é o que você vai estudar (...) / eles acham que tem que deixar o país para estudar no outro país, você vai ter mais oportunidade” - Uma cultura da migração	39
2.3 "(...) porque quando você não fala uma língua, tipo essa é uma barreira para você" - A língua como barreira para adaptação	40
2.4 “Eu me lembro [de ter lido] às vezes até cinco vezes, para entender mais ou menos sobre o que esse texto está falando” - As barreiras da língua nos estudos	43
2.5 “É o que a gente escolheu ou o quê?” - Vagas dos cursos de graduação da UFFS <i>Campus</i> Chapecó pelos programas de promoção estudantil de imigrantes	46
2.6 “Recebi a informação de que para estrangeiro, só a agroindústria, a informação veio do prefeito de Chapecó” - Os lugares que se pode ocupar!	47
2.7 “Tipo, não vou falar que me ajudou a ficar na universidade, porque até hoje eu também, né? Hoje eu não estou recebendo o auxílio, entendeu? Não estou recebendo auxílio. Senão, já ia deixar” - Os auxílios na permanência estudantil	50
3. CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

Desde a chegada dos portugueses no século XVI, no contexto histórico das navegações europeias, nas terras que depois foram denominadas Brasil, há intensos processos de migrações internacionais e diásporas para este território. Passados cinco séculos desde a passagem da nau de Pedro Álvares Cabral, neste século XXI, como parte destes processos imigracionistas, teve aumento da chegada de latino-americanos e caribenhos, que, em geral, migram em busca de melhores condições de vida através do trabalho. Eles também levam em consideração, na opção pelo nosso país, a hospitalidade e a cultura, uma vez que nossa imagem internacional “vende” a ideia de sermos uma nação acolhedora, com uma cultura homogênea, mesmo com raízes indígenas, europeias e africanas, e com uma população miscigenada que faz com que a cultura no Brasil se manifeste de diversas maneiras em diferentes partes do país.

É importante ter isso em mente para o tema tratado nesta pesquisa, pois é necessário levar em consideração, nesse momento ou outros a seguir, que a ideia de hospitalidade e cultura homogênea difundidas pelo nosso país funcionam muito bem para imigrantes brancos, tanto homens quanto mulheres, vindos de terras europeias, que são bem recebidos, sendo motivo de orgulho para a imagem do branqueamento no Brasil, especialmente a partir da segunda metade do século XIX.

Historicamente, a imigração de raízes europeias traz orgulho tanto pela imagem de branqueamento quanto econômica - aqueles que vêm para desenvolver ainda mais este país. A imigração branca européia está consolidada em várias festas que celebram as culturas dos colonizadores pelo Brasil, e é muito belo celebrar suas raízes e ser reconhecido pela sua beleza cultural. Mas, como disse anteriormente, esse orgulho é sempre direcionado a corpos e culturas colonizadoras brancas, principalmente no Sul do país, que tem a maior parte de sua colonização realizada por alemães, italianos, poloneses e seus descendentes, que celebram suas origens. Dentre essas celebrações, a mais famosa, no estado de Santa Catarina e de conhecimento nacional, é a Oktoberfest na cidade de Blumenau. O estado celebra a festa tradicional alemã todos os anos no mês de outubro, com trajes típicos, bebidas e alimentos culturais do território germânico do século XIX, sendo uma festa imigrante reconhecida e celebrada neste estado.

Esta pesquisa não vai debater por que motivos certos imigrantes e seus descendentes são mais valorizados em detrimento de outros em sua totalidade, nem por que alguns festivais culturais são mais exaltados do que outros dentro do estado. No entanto, em certa medida,

esse contexto é base para entender como é a receptividade e as relações para pessoas imigrantes não-brancas e latino-americanas.

Pensando acerca dos processos imigracionistas no século XXI em Santa Catarina, é necessário entender qual é o cenário recente em que grande parte da população de imigrantes são pessoas não-brancas. As crises humanitárias vividas no Haiti e Venezuela, se fez expressivo em números de mobilidade no Brasil, sendo 15 mil migrantes, de 103 nacionalidades, tirando os que não foram cadastrados nas fontes do Cadastro Único para programas sociais (Cadun) de dezembro de 2020 (Alesc, 2022).

Esses dados, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), dão uma perspectiva do cenário migratório internacional nesses últimos 10 anos, que ocorreu por todo o país. Porém, essa pesquisa se concentra especificamente na cidade de Chapecó. Para ampliar a percepção do fluxo migratório, seguem dados do Centro de Atendimento ao Imigrante (CAI) em Chapecó:

Conforme Aldarice Pereira da Fonseca, coordenadora do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS), são 13.664 imigrantes cadastrados no Sistema Único de Saúde de Chapecó, de 44 nacionalidades diferentes. As principais comunidades são venezuelanas, com 8.721 pessoas, e haitianas, com 4.213. Os cadastramentos estão distribuídos em todos os Centros de Saúde da Família, com maior demanda de atendimento na Efapi, Jardim América, Oeste (São Cristóvão), Jardim do Lago e Alta Floresta. (Diário do Iguacu, 2022)

O grande fluxo migratório na cidade de Chapecó ocorre pela oferta de trabalho. A maioria dos imigrantes vem para trabalhos nos frigoríficos (agroindústrias). A necessidade de trabalho para garantia de condições mínimas de sobrevivência leva a maioria dos imigrantes ao trabalho como mão de obra braçal em frigoríficos da BRF¹ e da Aurora², sendo estes os principais e as maiores da região. Já quem possui uma formação universitária busca formas de efetivá-los aqui no Brasil, e, ainda, há jovens imigrantes que buscam uma profissionalização e recorrem às universidades locais ou outras instituições educacionais para cursos técnicos.

No caso da Universidade Federal da Fronteira Sul *campus* Chapecó, é um lugar para iniciar estudos de graduação em busca de uma profissionalização. A vinda de pessoas imigrantes para a universidade é crescente nos últimos 10 anos. Pensando em estratégias de ingresso de estudantes imersos em contextos de imigrações, especificamente de haitianos, foi criado em 2013, pela Resolução nº 32/2013 – CONSUNI, o PROHAITI (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes Haitianos), que viabilizou o ingresso dos

¹ Antiga Brasil Foods, é uma marca mundial de fabricação alimentícia. Disponível em: <https://www.brf-global.com/>

² É uma cooperativa conhecida nacionalmente pela sua fabricação alimentícia e também possui alcance mundial. Disponível em: <https://www.auroraalimentos.com.br/>.

mesmos nos cursos de graduação na UFFS. E, para atender melhor ao cenário das recentes migrações, foi expandido para o Pró-imigrante em 2019, que atende estudantes imigrantes de todas as nacionalidades. Assim, na apresentação do Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes no site institucional da UFFS, o programa se preocupa com a permanência e a formação desse público, que foi instituído pela Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019.³

Nesse contexto de mobilização e criação de programas que visam a melhoria de vida, a cidade que abrange essa iniciativa se encontra em uma região catarinense de exaltação de culturas de origem europeia, há pessoas bem-vindas – as brancas, significando que os não-brancos podem não ser bem-vindos. No entanto, nem todas as pessoas não-brancas não são bem-vindas da mesma maneira, na sociedade, em instituições ou no mercado de trabalho. Além de barreiras como a língua, que variam de indivíduo para indivíduo de acordo com o grau de instrução na língua portuguesa, há uma diferença também no que diz respeito ao gênero. As mulheres não-brancas, nesse contexto, enfrentam dificuldades próprias do recorte de gênero. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é compreender o acolhimento e o convívio de mulheres negras imigrantes no campus da UFFS de Chapecó e na sociedade. A pergunta guia é: como ocorrem a receptividade, o diálogo, o convívio e a permanência, em específico para mulheres negras estudantes, na Universidade Federal da Fronteira Sul e na sociedade de Chapecó?

Ao caminhar, percorrer pelo *campus* da universidade, é perceptível a presença de mulheres imigrantes negras neste espaço, isto é, as mulheres negras compõem o corpo estudantil dentro da universidade, produzindo conhecimento acadêmico e participando de atividades relacionadas a universidade e, ainda, sofrem com as violências do racismo institucional, como se pode perceber a partir dos relatos na reportagem *Racismo e xenofobia faz parte da realidade da UFFS, em Chapecó*⁴, do site Desacato⁵ (2022). Há relatos de duas

³ Instituiu o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2019-0016>.

⁴ *Racismo e xenofobia faz parte da realidade da UFFS, em Chapecó. Por que eles colocam programas de Pró-Haiti para imigrantes acessar a universidade se eles não nos tratam com dignidade?* Disponível em: <https://desacato.info/racismo-e-xenofobia-faz-parte-da-realidade-da-uffs-em-chapeco/>

⁵ O Desacato é um site, canal de youtube, podcast online e jornal de notícias criado em 2007, em que nasceu a *Cooperativa de Comunicacional Sul* informalmente em 2011 e legalizado em 2017. O site Desacato visa divulgar notícias jornalísticas com cunho antirracista, antifascista e feminista com foco na diversidade, inclusão de pautas trabalhistas e lutas sociais. A direção executiva do site é feita por Raul Fitipaldi, que é jornalista e cofundador do Portal Desacato e da Cooperativa Comunicacional Sul; a Presidência/Comercial-CCS é feita por Rosângela Bion de Assis, que é jornalista, poetisa e presidenta da Cooperativa Comunicacional Sul e a Direção Geral de Edição e Conteúdo é feita pela jornalista Tali Feld. Essa iniciativa se atualiza e se mantém através de apoio individual ou coletivo através do site: <https://desacato.info/seja-um-a-leitor-a-amigo-a/>. Essas e mais informações podem ser encontradas no link: <https://biolink.info/portaldesacato>.

estudantes, que optaram por não serem identificadas e questionam a existência do programa anterior ao Pró-imigrante, ou seja, o Pró-Haiti, por não estarem preparados para recebê-las no *campus* (essas falas da reportagem estarão presentes no decorrer do texto).

Essas vivências relatadas na matéria, indicam que há atos racistas na universidade, é nosso dever apontá-los e nos posicionarmos. É claro que tanto o Pró-Haiti quanto o Pró-Imigrante são programas que possibilitam acesso ao ensino superior para imigrantes de forma gratuita. Outra maneira para ingressar, mais longa e talvez com bastante impossibilidades é a entrada pela prova do enem. E, nesse sentido, os programas de ingresso à educação superior para imigrantes, são propostas positivas e sem dúvidas dignas de elogio. Entretanto, não podemos olhar apenas somente os aspectos positivos da instituição ao promover o acesso de estudantes imigrantes aos bancos acadêmicos. Podemos, sem desmerecer os méritos, voltar nossa atenção para os problemas que andam juntamente com eles. Como enfatiza Fanon:

Não é porque o fígado do meu paciente funciona bem que direi: os rins estão saudáveis. Tendo-se verificado que o fígado está normal, abandono-o à sua normalidade, que é o normal, e volto-me aos rins; no caso, os rins estão doentes. Isso quer dizer que, em paralelo às pessoas normais que se comportam sensatamente, de acordo com uma psicologia humana, existe quem se comporte patologicamente, de acordo com uma psicologia desumana. E acontece que a existência desse tipo de pessoa foi determinante para uma série de realidades, para cuja liquidação queremos aqui contribuir. (Fanon, 2020, p. 46)

Ao atentarmos para o contexto dessas experiências, inseridas na universidade, em “território” de branco, e em uma sociedade marcada pelo machismo, pela misoginia, consideramos as construções de raça e gênero em perspectiva interseccional. Na crítica da teoria interseccional de Crenshaw (2021) há quatro critérios de análise para a abordagem interseccional: 1º ela estabelece vínculos entre identidade individual e coletiva; 2º ela mantém o foco nas estruturas sociais; 3º ela teoriza as relações de poder e violência contra as mulheres de cor a fim de destacar a dinâmica estrutural, e 4º ela contribui para iniciativas de justiça social. A partir desses critérios estaborecerei uma análise que acolha os relatos a fim de compreender a individualidade na estrutura opressora em que se encontram as mulheres negras, imigrantes, estudantes e trabalhadoras.

Quanto ao “território de branco”, ele se evidencia pelo fato de que a maior parte dos países de terceiro mundo na perspectiva econômica atual foram colonizados por países europeus. O Brasil, por exemplo, foi colonizado por portugueses. Essa colonização não foi só de forma cultural e econômica, mas também ideológica. Ela estruturou modos de agir social,

o

que é civilizado e o que não é, o que é progresso e o que não é, e outros binarismos como o bem e o mal. Esses binarismos ainda estão presentes, pois na sociedade brasileira permanece o ideal fenotípico de pessoas: a branca, no comportamento social, na economia, na cultura, nos espaços de poder, entre outros. Esses binarismos são muito presentes na cidade de Chapecó e conseqüentemente, nos espaços educacionais e geográficos, e se manifestando como certo espelho da sociedade em que está inserida, considerando que a população chapecoense são majoritariamente pessoas brancas:

Gráfico I: Censo 2022 do IBGE da cidade de Chapecó em comparativo nos anos de 2010 e 2022.

Cor ou raça



Fonte: IBGE, Censo 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html> . Acesso em: maio de 2024.

Os números do censo de 2022, como vemos, apresentam aumento no número de pessoas não-brancas em Chapecó. Certamente este aumento está associado aos processos migracionais, mas também na positivação das identidades negra e indígenas nos últimos anos através de ações afirmativas em instituições escolares e na sociedade civil que possibilita a autodeclaração.

Com isso, podemos voltar nosso olhar para os estudos de raça, classe e gênero, que questionam os marcadores do pensamento colonial que definiu as estruturas econômicas, sociais, culturais, raciais e as hierarquizou para atuar de forma opressora. Para bell hooks, no

livro *Bem mais que ideias* (2022, p. 70-71), esse tipo de pensamento ganhou um nome muito específico, *patriarcado supremacista branco capitalista imperialista*, que analisa sociedades interligadas pelos sistemas de opressão e define a cultura dominante. O conceito da interseccionalidade auxilia a analisar as opressões individuais e coletivas causadas pela estrutura dominante e como isso não só impacta na vida de mulheres estrangeiras negras, mas também quais são os meios para que se possa ter alternativas de superar as opressões.

O que propomos é refletir sobre a importância de mulheres negras migrantes enquanto sujeitos nas esferas política, social e individual em um espaço universitário que deveria resistir ao racismo institucional e demais segmentos na sociedade. Para isso, recuperamos e entendemos as experiências de *racismos* de forma biográfica, colocando a percepção do sujeito pelo sujeito (Kilomba, 2019, p. 77-80).

Portanto, entre as referências que nos auxiliam na compreensão dos lugares ocupados por corpos de mulheres negras, está o livro *Lugar de Fala*, de 2019, escrito por Djamila Ribeiro, que explica ao grande público os diversos feminismos de forma didática. Para ela o indivíduo universal, na sociedade cisheteropatriarcal, eurocentrada, é o homem branco europeu, de forma que tal indivíduo, assim concebido, não compreende outras vivências que são marcadas por raça, gênero e sexualidade. Essa lógica *universal* não compreende outras vozes, portanto o lugar de fala dá acesso para poder identificar os discursos de cada pessoa e suas vivências, se tornando protagonista de sua vivência. Além disso, outra obra relevante para este estudo é o livro de Silvio Almeida, *Racismo Estrutural*, de 2019, onde a partir do conceito do racismo institucional e de dados estáticos o autor expõe como o racismo está presente na estrutura social, política e econômica, em especificidade da sociedade brasileira.

Sobre o conceito de interseccionalidade, nos auxiliam Grada Kilomba (2019), Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) e bell hooks (2022), que abordam um entendimento do nível empírico e teórico das experiências de mulheres negras racializadas, como o racismo se constrói e se constitui como uma estrutura e quais são as formas de libertação individual para os grupos racializados. Além delas, outra referência, já citada, é Frantz Fanon (2020), que apesar das mulheres não serem seu centro de estudo, apresenta em sua obra uma reflexão que é de extrema importância, a saber, de como o racismo e a colonização atuam sob as mentes de pessoas negras.

A pesquisa vai centralizar essas mulheres de forma histórica no que diz respeito às migrações recentes no estado de Santa Catarina, de mulheres negras na cidade de Chapecó, e também sua chegada e formação na UFFS. No contexto universitário Hibisco Rosa⁶ nos

⁶ Estudante de Curso de Licenciatura na UFFS – Campus Chapecó.

auxilia a entender sua chegada e permanência a vida acadêmica. Com a presença dessas mulheres sentida tanto na cidade quanto na universidade, a pesquisa foi atrás de quantidade das mulheres presentes na universidade, porém, como esta pesquisa não tem como método, a análise puramente quantitativa, essas fontes foram buscadas, pesquisadas e serão apresentadas, assim como outras pesquisas feitas.⁷ A parte quantitativa da pesquisa, por sua vez, será abordada dando um parâmetro da presença de mulheres negras na Universidade Federal da Fronteira Sul, em específico na cidade de Chapecó, assim como a quantidade dos públicos masculino e feminino.

Para contemplarmos essas experiências femininas negras da mobilidade, realizei a entrevista na forma da *roda de conversa*⁸ com Hibisco Rosa, que é uma possibilidade de pesquisa na produção de dados narrativos e biográficos em que o pesquisador se insere como sujeito e produz questionamentos para discussão. De forma científica, a roda de conversa tem característica qualitativa, sendo uma forma legítima de adquirir conhecimento científico e compreender como as mulheres entrevistadas (re)significam problemas sociais, como o racismo, na universidade.

A entrevistada é uma mulher negra, migrante e estudante da UFFS *campus* Chapecó que se interessou e teve disponibilidade em participar da pesquisa. A entrevistada escolheu o nome de Hibisco Rosa, sendo referida assim durante a pesquisa, pois seu depoimento é anônimo. A entrevista seguiu a lógica de uma roda de conversa, mas pela língua não ser sua língua materna, enviei uma prévia das perguntas antes da entrevista para que ela se sentisse mais confortável nas suas respostas.

E, a fim de trazer mais relatos, busquei, na dissertação de Rosângela Maria Hüning, intitulada *Mundos Do Trabalho: Inter-Relações na Trajetória Da Mulher Imigrante na Agroindústria, Chapecó/SC (2013-2020): narrativas das vozes de mulheres negras para pensar em perspectiva interseccional* (2023), outros casos que nos ajudam a compreender esse quadro a partir de mais perspectivas, e fazendo uso especialmente da voz ali posta de Capota Vermelha, para poder trazer mais pontos de vista sobre a vida migrante de mulheres negras na cidade de Chapecó, abordando temas como racismos estrutural, institucional e questões de gênero.

⁷ Pesquisas como de: Claudete Gomes Soares e Neuri José Andreola (2017); Karine de Souza Silva e Juliana Muller (2018); Rosângela Maria Hüning (2023); Karine de Souza Silva e Pâmela Samara Vicente Morais (2021) Ver referências bibliográficas deste estudo.

⁸ Moura, A. F.; Lima, M. G. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. *Revista Temas em Educação, [S. l.]*, v. 23, n. 1, p. 95–103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: 26 ago. 2023.

Cabe destacar que as vozes destas mulheres incorporadas na pesquisa – Hibisco Rosa e Capota Vermelha são de realidades diversas conectadas pelas experiências de imigração, raça e gênero, mesmo sem nunca terem se conhecido.

Nas análises das falas há tentativa do exercício que Grada Kilomba (2019) propõe e realiza, que segue uma lógica fenomenológica, em que as falas dizem por elas mesmas o que está sendo abordado, e assim dando voz à entrevistada com o intuito de focar no sujeito, e não o tratando como se fosse um mero objeto de pesquisa:

A pesquisa centrada em sujeitos, como argumenta Paul Mecheril (1997, p. 33) em seu trabalho pioneiro sobre o racismo cotidiano, examina as experiências, auto-percepções e negociações de identidade descritas pelo sujeito e pela perspectiva do sujeito. Tem-se o direito de ser um sujeito - político, social e individual - em vez da materialização. (Kilomba, 2019, p. 81)

Assim, a divisão deste trabalho monográfico é a seguinte: no primeiro capítulo, contextualização da chegada da imigração recente no Brasil, sendo esses imigrantes em sua maioria pessoas não-brancas, haitianos e venezuelanos passando, depois, para a construção dos programas de inclusão para imigrantes na UFFS e para casos de racismo na instituição em matéria jornalística. Isto em diálogo com outras pesquisas, para abordar sobre interseccionalidade e como esse conceito amplia a percepção para as exclusões sociais de grupos que foram marginalizados ao longo da história.

O segundo capítulo, por sua vez, dialoga com as entrevistas e com o contexto já colocado no primeiro capítulo, explicando mais sobre os racismos institucional e estrutural. Pensando na perspectiva de uma entrevista centrada em sujeitos como proposto por Kilomba (2019), as entrevistas pretendem ser o ponto central, de forma que sejam reconhecidas de onde essas falas vêm, para onde essas falas levarão e como elas desejam ser vistas, com o objetivo de que essas falas sejam acolhidas, para conhecermos suas próprias perspectivas sobre os processos de migração nos estudos, no que diz respeito à raça e gênero. Partindo dessas entrevistas sobre as experiências das mulheres negras e migrantes, quiçá permitir que se pensem melhorias nas políticas afirmativas no ensino superior.

1. MIGRAÇÃO, TRABALHO, UNIVERSIDADE E MULHERES NEGRAS

Nesta pesquisa, que trata sobre imigrações, migrações e emigrações, se definem a) *imigração* o movimento de pessoas em mais ou menos quantidade que se deslocam de seu país natal para outro país, b) *migração* o movimento de mais ou menos pessoas de um estado para outro dentro do país onde reside, c) a *emigração* é o movimento de indivíduos em menos ou mais quantidade que saem do seu país de origem para migrar para outro.

Então se percebe aqui uma relação de quem vê, por exemplo, para pessoas que saíram de seu país para outro, elas são emigrantes em seu país. Já para o país que recebe, esses são imigrantes, e assim que esses imigrantes entram no país e se mudam de estado são também (i)migrantes.

Essa relação de quem vê se relaciona muito com o conceito do *Outra(o)*, segundo a definição de Grada Kilomba (2019). Usando esse conceito, podemos compreender que quem é imigrante ou emigrante possui um marcador de diferença dependendo da perspectiva de quem vê, por exemplo, se eu saio do Brasil e vou para a Espanha eu me intitulo emigrante, mas para aquele(a) que me recebe eu sou imigrante. Sendo assim o único marcador que abrange diversas mudanças migratórias seria justamente a migração:

A palavra “migrante” costuma ser utilizada para designar aquele que se desloca dentro de seu próprio país e também pode ser usada para falar dos deslocamentos internacionais. Alguns especialistas, inclusive, aconselham o uso do termo migrante quando se fala de migrações entre países, por ser abrangente e não simplista.⁹

Durante a pesquisa, encontrei nos textos, por exemplo, a expressão “migrante internacional”, que seria o mesmo que “imigrante” para o país que recebe uma pessoa de fora do seu território. Além disso, “migrante” pode se referir a pessoas que só mudaram de região de seu país, de modo que durante a escrita desta pesquisa irei me ater aos três termos, usando mais o termo “migrante”. O “migrante internacional” ou “imigrante” usarei somente quando acreditar ser necessário marcar essa diferença, deixarei os três termos em uso durante a pesquisa, diferenciando-os pelo contexto em que estão sendo usados.

Os textos e assuntos de imigração, migração e emigração se colocam em um campo neutro em que não se inclui gênero. Numa concepção neutra de gênero, dentro do contexto das migrações, não parece necessário explicar a presença dos homens, já que o neutro

⁹ *Migrações, Refúgio e Apátrida* - Guia para Comunicadores, 1ª edição (2019). Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Migracoes-FICAS-color_FINAL.pdf. Acesso em: 4 de dezembro de 2023.

universal já é entendido como masculino (Silva; Morais, 2021, p. 316-17). Isso é similar às discussões iniciais sobre racismo:

Mulheres negras têm sido, portanto, incluídas em diversos discursos que mal interpretam nossa própria realidade: um debate sobre racismo no qual o sujeito é o homem negro; um discurso genderizado no qual o sujeito é a mulher branca; e um discurso de classe no qual “raça” não tem nem lugar. Nós ocupamos um lugar muito crítico dentro da teoria. (Kilomba, 2019, p. 97)

É necessário se fazer recortes de gênero dentro de pesquisas imigratórias, migratórias e emigratórias, assim como em contextos de imigrações, migrações e emigração não-brancas ou majoritariamente negras, pois as decisões que influenciam homens e mulheres negras a migrar são distintas, e os perigos de migrar para os gêneros são diversos também:

Dentre os “fatores notadamente femininos [que levam à migração], no sentido que são mais característicos da mulher do que do homem migrante – se bem que alguns homens possam também sofrê-los”, identifica-se a pobreza, falta de oportunidade e de reconhecimento, necessidade de capacitação, segregação ocupacional, discriminação salarial, fuga de processos de violências e desejo de emancipação. (Silva; Morais, 2021, p. 317)

Como exposto, além dos motivos de migração por gênero serem distintos, esse estudo se encontra com o processo de feminização das migrações:

[...] complexo que não pode ser definido apenas pelo volume de mulheres em movimento. O termo trata de transformações nas relações familiares e de gênero formadas a partir das migrações, que incluem mudança do lugar ocupado no mercado de trabalho e nova divisão das tarefas domésticas entre cônjuges ao chegar ao país de destino. (Silva; Morais, 2021, p. 318)

Muitas vezes, nas divisões de tarefas domésticas de casais heteronormativos em uma breve conceituação de sociedade patriarcal, tais tarefas tendem a ficar com a figura feminina, neste as mulheres imigrantes, assim como as nacionais, têm que exercer tanto tarefas domésticas quanto profissionais. No contexto migratório, a mudança de local parece não afetar a mudança de performance de gênero dentro da maioria dos relacionamentos. No entanto, pela migração podem ocorrer mudanças nas divisões das tarefas domésticas e profissionais que são exigidas em países distintos.

Assim, na sequência, para entendermos o contexto em que tais movimentos migratórios de pessoas não-brancas acontecem, faremos um apanhado geral da imigração a partir de 2010 no Brasil, como foco na imigração no Sul do país, especificamente em Santa

Catarina, e com especial atenção para as mulheres negras, imigrantes e estudantes da Universidade Federal da Fronteira Sul do *campus* Chapecó.

1.1 Imigração recente: segunda década do século XXI em Santa Catarina

A partir de 2010, o Brasil e o estado catarinense passaram a receber mais pessoas haitianas que buscavam por refúgio. Essa migração haitiana está relacionada a causas econômicas que afetaram o país acrescidas pelo terremoto que devastou o país em 2010:

Em 12 de janeiro de 2010, o tremor que matou mais de 200 mil teve magnitude 7 e, até os dias de hoje, há mais de 1,5 milhão de flagelados pelo desastre e a pobreza, que já era significativa naquela época, aumentou ainda mais no país que tem o terceiro pior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do mundo. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o número de mortos após o terremoto de 2010 chegou a 300 mil. (CNN Brasil, 2021)¹⁰

Concomitante à imigração, o Brasil, incentivado por órgãos como a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), a Organização Cáritas e a ONG Viva Rio, que ofereceram ajuda humanitária, tornou-se uma opção para as pessoas atingidas pelo terremoto poderem reconstruir a vida. Para poder receber essa população foi aprovada a Resolução Normativa Nº 97, de 12 de janeiro de 2012, que prevê em seu 1º artigo e parágrafo único:

Art. 1º Ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro.
Parágrafo único. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010. (Diário Oficial da União, 2012)¹¹

Tendo sido revogada pela Resolução Normativa Nº 39, de 28 de Agosto de 2019¹², mas trouxe ela por que foi essa resolução, dois anos após o terremoto¹³ no Haiti, que
concedeu

¹⁰ Matéria jornalística disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/em-2010-terremoto-de-magnitude-similar-matou-mais-de-200-mil-pessoas-no-haiti/>. Acesso em: novembro de 2023

¹¹ Resolução Normativa Nº 97, de 12 de Janeiro de 2012. Disponível em: https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/1541/1/REN_CNIG_2012_97.pdf. Acesso em: 04 dez 2023

¹² Resolução Normativa Nº 39, de 28 de Agosto de 2019. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_39_2019.pdf. Acesso em: 4 de dezembro de 2023.

¹³ Para saber mais pode se acessar: Terremoto no Haiti:

<https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/terremoto-no-haiti/noticia/terremoto-no-haiti.ghtml>

vistos humanitários para a população haitiana refugiada por causas climáticas. Antes dessa resolução normativa de 2012, os refugiados do Haiti eram amparados pela lei para refugiados de 1997¹⁴, que define como refugiado todo aquele que sofre perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política e que tenha a violação de seus direitos humanos. Até o ano de 2017, a lei dos refugiados abrangia todos que migraram por conta de desastres naturais no Haiti, quando se criou uma nova lei para migração.

Era necessária uma lei para atender as necessidades e condições dos refugiados que passaram a se estabelecer no Brasil, pois imigrantes no país, feita no tempo ditatorial, não acolhia ou aceitava qualquer pessoa imigrante em território nacional. De acordo com Bordignon, Cella e Perón (2023), no Decreto-Lei nº 383/1938 consta a proibição de imigrantes fazerem atividades políticas, enquanto que o Decreto-Lei nº 406/1938 limita a entrada de certas etnias, privilegiando as de ascendência europeia por motivos ideológicos e econômicos. E, ainda de acordo com as autoras, no período ditatorial do Brasil de 1960 a 1980, o Decreto-Lei nº 941/1969¹⁵ que foi editado, e promulgada, na sequência, a Lei nº 6.815/1980, configurando o Estatuto do Estrangeiro, que decidia quem entrava no país, tornando o imigrante uma ameaça à segurança nacional, portanto uma ameaça à população (Bordignon; Cella; Peron, 2023, p. 77).

Após sucessivos debates sobre o movimento migratório impulsionado por entidades ligadas à migração, foi promulgada em 2017 a Lei da Migração, que determina políticas públicas para pessoas migrantes internacionais:

O Brasil já conta com uma nova Lei de Migração, que garante direitos e protege os estrangeiros contra discriminação. A norma (Lei 13.445/2017) substituiu o Estatuto do Estrangeiro, herdado do regime militar. A elaboração da legislação, que tem como princípios a igualdade de direitos e o combate à xenofobia e à discriminação, vinha sendo defendida desde a redemocratização do Brasil. O texto entra em vigor em 24 de novembro. (Jornal do Senado, 2017)¹⁶

Para efeito da lei, o tema da migração se tornou muito presente e urgente nos anos de 2010 por conta dos refugiados e imigrantes que passaram a se estabelecer no Brasil, em busca de melhores condições econômicas. Em 2017 foi possível uma lei de acordo com a

Acesso em: novembro de 2023; assim como a matéria *ONU marca 13 anos do terremoto que arrasou o Haiti*: <https://news.un.org/pt/story/2023/01/1807987>. Acesso em: novembro de 2023.

¹⁴ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19474.htm. Acesso em: Novembro de 2023.

¹⁵ Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=941&ano=1969&ato=626cXOU1UMjRVT207>. Acesso em: Novembro de 2023.

¹⁶ *Migração: nova lei assegura direitos e combate a discriminação*. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/536084/EspecialCidadania_599.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: novembro de 2023.

constituição de 1988, a saber, a Lei nº 13.445, de 24 de Maio de 2017¹⁷, também conhecida como Lei de Migração, que assegurou aos imigrantes direitos que garantem igualdade de tratamento entre brasileiros e imigrantes, emissão de documentos, acesso a conta bancária, direitos trabalhistas e proteção dentro da lei contra a discriminação.

Com todos os documentos necessários para estar regularizada no Brasil, a pessoa estrangeira que pretende permanecer no país pode emitir, pela Polícia Federal, sua Carteira de Registro Nacional Migratório (CRM), que serve como uma identidade no território brasileiro e por meio da qual podem ser acessado todos os direitos de cidadania de cidadãos brasileiros, como moradia, carteira de trabalho, saúde, assistência, serviços bancários daqui e do exterior, justiça e segurança.¹⁸ A pessoa estrangeira no Brasil não pode acessar o voto, e só poderá ter direito se for naturalizada, em que, entre outros fatores além da naturalização por nascimento, existem algumas modalidades comuns para população imigrante adquirir naturalização, sendo elas: a naturalização ordinária, naturalização extraordinária, provisória e definitiva, de acordo com a *Cartilha de orientação sobre naturalização e nacionalidade* da Defensoria Pública da União no ano de 2022.¹⁹ Em que cada modalidade possui um tempo diferente para naturalização dependendo do caso, que deve sempre possuir assistência jurídica.

A Lei de Migração, em termos de urgência humanitária, aspecto incluído na lei, demandou um longo tempo para avançar no legislativo. Avançando pelas pressões de órgãos ligados às questões da migração internacional. Com a Lei de Migração de 2017, foi possível desvincular o imigrante, que anteriormente nas leis ditatoriais eram referidos como estrangeiros, e que geravam alerta à segurança nacional, em que felizmente foi revogada e finalmente criada uma lei que pudesse abarcar direitos aos imigrantes que respeitassem a constituição de 1988.

Apesar de leis mais avançadas em termos de migração, ela sempre fez parte da humanidade, permitindo que o ser humano povoasse a terra, e séculos depois foi o que permitiu o desenvolvimento do comércio etc; resumindo, a migração é o motor das inovações tecnológicas pensadas para *migrar* para outros planetas por exemplo. Migrar é um ato comum a todo o ser humano, e foi assim, inclusive, que se deu a colonização do Brasil. Mas, ao

¹⁷ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm. Acesso em: novembro de 2023.

¹⁸ *Guia sobre Documentação e Integração de Migrantes no Brasil*. Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/3_Guia%20para%20Integrac%CC%A7a%CC%83o%20de%20Migrantes%20no%20Brasil%20final%2009.06.2021%20WEB.pdf. Acesso em: março de 2024.

¹⁹ Cartilha de orientação sobre naturalização e nacionalidade (DPU). Disponível em: https://brazil.iom.int/sites/g/files/tmzbd11496/files/documents/cartilha_naturalizacao_nacionalidade_3.pdf. Acesso em julho de 2024.

contrário do capital, do consumo e do dinheiro que não possuem fronteiras nem barreiras de inserção em outros países, pessoas que migram para outros países enfrentam essas barreiras e inserções ao migrar, não sendo permitido em todos os países do mundo.

Sendo a migração um direito humano e tendo o Haiti enfrentado graves questões climáticas, que agravaram já as condições de crise da economia do país, ocorreu maior mobilidade da população buscando refúgio no Brasil, a partir de 2010: “às condições estruturais do Haiti no início da década de 2010 geraram uma necessidade de migração para subsistência que fosse a mais imediata possível, e o Brasil, naquele momento, também via interesses na chegada da comunidade migrante” (Staudt, 2023, p. 29). Diante do contexto os migrantes haitianos procuravam reconstruir a vida aqui no Brasil, pois, além de um território próximo, o país era visto como um lugar para recomeçar a partir das ofertas de trabalho/emprego incentivadas por empresas brasileiras que, pelo momento de ascensão econômica pelo qual o país passava, necessitava de mão de obra barata. Esses empresários/empresas pagavam a passagem e davam moradia para esses imigrantes, e o objetivo das empresas brasileiras era suprir a falta de mão de obra (braçal).

Como já ocorria em 2011, um ano após o terremoto no Haiti, o Oeste de Santa Catarina começou a empregar haitianos pela falta de mão de obra local, pelo desinteresse da população da região em trabalhar na agroindústria voltada para produção de carnes (abate, corte e distribuição). Assim, mesmo sem diretrizes específicas de leis trabalhistas para os imigrantes no Brasil, as empresas ofereciam aos refugiados contratos trabalhistas em troca de mão obra para as empresas:

A Fibratec emprega hoje 25 apenados e 23 haitianos. Tormem foi um dos primeiros a trazer haitianos para Chapecó, ainda em 2011, quando o assunto da falta de mão de obra já o preocupava. “A gente foi instalar uma estação de tratamento de esgoto em Rio Branco (AC) e encontramos esse monte de gente chegando do Haiti”, lembra ele. “Em 15 dias, voltamos para lá para contratá-los”. (Tormen, 2014)²⁰

Ainda nesse cenário de empregos/trabalhos, em 2014, ano em que o Brasil sediou a copa do mundo de futebol masculino, senegaleses começaram a ter interesse em trabalhar e morar no Brasil (Bordignon; Cella; Peron, 2023, p. 78) por conta de crises econômicas em países africanos, como o Senegal:

²⁰ *Estrangeiros se tornam alternativa para falta de mão de obra no Sul*. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/noticias/528263-estrangeiros-se-tornam-alternativa-para-falta-de-mao-de-obra-no-sul->. Acesso em: novembro de 2023.

Com a proximidade do século XXI, num contexto de crise do capital globalizado, países europeus aumentam as restrições e barreiras para imigrantes africanos. Isso fez com que o continente americano passasse a ser uma opção de imigração, e o Brasil é um dos destinos buscados por imigrantes da África. (Vicenzi, 2021, p. 552)

Assim também aconteceu com os ganeses (Gana), que chegaram ao Brasil nesse contexto da copa do mundo de futebol masculino no Brasil. De acordo com Michelle Maria Stakonski Cechinel (2021), em sua tese intitulada *Zongos em Itinerância: Migrações Ganesas em Criciúma no Tempo Presente (2014-2021)*, a Lei Geral da Copa (Lei nº 12.663/2012)²¹, criada em 2012 e que abrangeu a Copa das Confederações FIFA de 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014, bem como, a Jornada Mundial da Juventude de 2013, permitiu a facilidade de vistos para que qualquer público pudesse ter acesso aos ingressos, desde a abertura dos jogos até o encerramento. Com um passaporte válido ou documento semelhante, ou com um documento que mostrasse vínculo com os eventos, ou até mesmo com o interesse em participar dos eventos acima citados, qualquer pessoa poderia entrar no Brasil. E, nas palavras da autora, a lei permitia:

Em razão, portanto, da lei provisória acima citada, o estrangeiro que comprovasse sua intenção de participar do evento da Copa de 2014 não precisaria apresentar quaisquer comprovantes de tempo de estadia, reserva de hotel/habitação, porte de valor que possibilitasse a permanência durante os dias em território brasileiro, ou passagem de retorno ao país de origem. (Cechinel, 2021, p. 63)

A lei que vigorou durante esses três eventos citados acima se tornou uma oportunidade para que migrantes internacionais, que buscavam refúgio por conta das crises econômicas de seus países, pudessem se refugiar no Brasil. Junto a população em mobilidade encontram-se os venezuelanos, por causas econômicas e políticas, busca o Brasil como refúgio, que vem aumentando desde 2016, sendo essa a população imigrante em termos numéricos a mais expressiva atualmente.

A mobilidade das pessoas haitianas no Brasil iniciou com uma população masculina, negra e principalmente jovem, que atendia aos interesses das empresas para o trabalho e se deslocavam ao estado do Acre (fronteira), para recrutar trabalhadores: “o movimento migratório dos haitianos para o Brasil é, inicialmente, caracterizado pela presença masculina, com reduzida presença de mulheres. Outro dado relevante diz respeito ao perfil etário da migração haitiana para o Brasil” (Soares; Andreola, 2017, p. 95). Neste sentido, os autores mencionam dados de faixa etária feitos pelos autores Fernandes e Castro (2014) com base em

²¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112663.htm. Acesso em novembro de 2023.

dados nacionais indicados por eles, que mostram que mais de 30% desses imigrantes têm entre 25 e 29 anos, e na sequência estão os que têm entre 30 e 34 anos.

E, ainda em busca de trabalhadores, diversos empresários de Santa Catarina, nos anos de 2010 em diante, trouxeram do Acre, estado localizado no Norte do Brasil, fronteiras com Peru e Bolívia, migrantes haitianos e, mais tarde, venezuelanos, em território brasileiro. Esses empresários, na busca de braços para trabalho, prometem salário, alojamento, e possibilitam condições para os imigrantes atravessarem o país. Os recém-chegados vêm trabalhar em áreas que abrangem majoritariamente frigoríficos e construção civil, mas é possível encontrar imigrantes trabalhando também, por exemplo, em mercados e padarias de Chapecó (Soares; Andreola, 2017, p. 94-5).

E, por mais que o cenário trabalhista vá se modificando, comparado com aquele encontrado na chegada desses imigrantes, é possível perceber em quais lugares os empregos estão não só disponíveis, mas também mais sujeitos para o trabalho. Essa é uma forma que a sociedade mostra sua estrutura de poder, também fazendo na educação, se tornando parte da realidade imigratória para mulheres ou homens negros em situação de vulnerabilidade social. O local que se pode ocupar, ou em que se é permitido (bem aceito) estar, é uma construção histórica que começa com a colonização do Brasil, e que também se relaciona com o tráfico de pessoas negras e a subsequente escravização delas e de pessoas indígenas. O lugar que foi legado a pessoas negras após abolição da escravidão, que se mantém ora como senso comum ora como ideologia, são os espaços que pessoas negras e indígenas podem ocupar, acrescentando aqui se essas pessoas forem imigrantes, os critérios se tornam mais rígidos. Além desse aspecto da migração haitiana, é também possível analisar essa migração como tendo diferentes fases:

Sandra Bordignon (2016), em sua dissertação de mestrado sobre a inserção dos imigrantes haitianos nos contextos educativos escolares e não-escolares, caracterizou a presença haitiana no oeste catarinense por meio de três movimentos. O momento inaugural da presença haitiana na região oeste seria resultado da demanda das empresas frigoríficas e agroindústrias que patrocinaram a vinda dos primeiros haitianos para a região. Essa presença seria hegemonicamente masculina. O segundo movimento seria caracterizado pela vinda de mulheres haitianas e um terceiro movimento caracterizado pela vinda dos filhos dos imigrantes haitianos. (Soares; Andreola, 2017, p. 95)

Para os migrantes e famílias migrantes naquele período inicial de imigração mais expressiva haitiana (2010-2015), tinha-se uma rota mais utilizada para atravessarem a fronteira para chegar ao Brasil, que atualmente não é a mais utilizada, mas que fez parte do

sistema migratório utilizado no período de que estamos tratando. Uma rota que é comum não só aos haitianos, mas aos venezuelanos também:

Aunque la migración internacional haitiana en el Caribe y hacia Norteamérica y Francia sea un fenómeno ya antiguo, la ruta de esa migración hacia y a través del Perú en el periodo estudiado era un fenómeno relativamente nuevo y por tanto necesitaba utilizar también redes comerciales para el logro de su objetivo. (Nieto, 2022, p. 261)

Além de toda a travessia conturbada por conta dessa rede comercial que se formou para poder migrar, ela também gerou muita perda de dinheiro para quem migrou motivado pela promessa feita pelos contratantes de que o dinheiro gasto para a viagem seria ressarcido. O trajeto, além de cansativo, continha o risco de violações dos direitos humanos dos imigrantes, sejam por abuso ou maus tratos:

Las empresas afirmaban que la ruta era fácil y que el viaje no tomaría más de una semana. Según las agencias, una vez en Brasil, la persona migrante sería acogido por padres y madres de la iglesia católica en centros especialmente acondicionados para migrantes. Las agencias afirmaban además que en Brasil existían empresas que estaban esperando por las personas migrantes para ofrecerles empleo con salarios elevados y que no se necesitaba más dinero durante el trayecto, puesto que la misma agencia se encargaría de todos los gastos necesarios hasta llegar a Brasil. (Nieto, 2022, p.262)

Mas a chegada ao Brasil para os que possuíam documentação prévia de trabalho era bem mais tranquila, sendo aqueles que não possuíam encontravam mais dificuldades. Conforme relato, agentes de segurança provocam angústias e medos:

Las personas migrantes manifiestan que el verdadero peligro para ellas es la policía o supuestos policías quienes extorsionan a las migrantes y las aterrorizan deteniéndolas o robándoles sus pertenencias. Debido a esto, la parte más difícil, la más estresante, la más humillante del viaje de las personas migrantes es atravesar territorio peruano. (Nieto, 2022, p. 267)

Como essa travessia era irregular, ficava perigosa, e, após todo esse trajeto para chegar ao Brasil, são feitas a verificação de documentação e também os encaminhamentos para os locais de trabalho, que, em geral, são distantes das regiões fronteiriças, de modo que é necessário continuar a extenuante viagem. Esse trabalho que motiva os imigrantes a continuar seu movimento de deslocamento é almejado porque passa a ser uma expectativa de sustento para as famílias migrantes. E, por mais necessários que esses trabalhos sejam, os trabalhos oferecidos são em sua maioria braçais, trabalhos que não são muito procurados por brasileiros natos. E, mesmo os brasileiros que estão no mercado de trabalho encontram empecilhos para

estar inserido nele, com formação de ensino superior ou técnico, então a régua também fica mais elevada para quem é imigrante.

Isso se dá porque a criação dos lugares e posições sociais que pessoas negras o podem ocupar no Brasil é construída de forma sócio-histórica, assim como o lugar que podem ocupar as pessoas imigrantes. Se, no pós-escravidão, as mulheres e homens, negros e indígenas ainda foram relegados, por muito tempo, trabalhos somente braçais, manuais e uma vida longe do centro da cidade, salvo exceções, esse mesmo modo de estar presente na sociedade permanece no estereótipo que se cria sobre raça no século XIX, que constrói conceitos bestiais como os racismos biológico e geográfico (étnico-cultural) e que ainda permeiam a sociedade nos dias atuais. Para Almeida (2019), esses racismos se complementam e se mantêm na atualidade: a partir das características que o racismo biológico definiu, decide-se quais traços raciais são mais evoluídos/bonitos do que outros, como traços físicos e cor de pele. Já o racismo étnico-cultural, por sua vez, baseia-se na região geográfica, na religião e nos costumes culturais.²² A partir dessa análise também é possível lançar um olhar crítico-histórico, segundo o qual a partir da escravidão no Brasil certas condições se modificaram para pessoas negras e indígenas, ao passo que outras permaneceram, mudando a forma como o racismo se faz presente na sociedade atualmente, manifestando-se de formas distintas nas esferas individual, social e econômica.

O racismo opera em meios diferentes na atualidade e, portanto, são necessários diferentes meios para enfrentá-las. Pois, ainda que o racismo do século XIX tenha mudado seu *modus operandi* no século XXI, continua o mesmo em termos do pensamento e da estrutura social que o mantém. Os estereótipos constituídos se mantiveram, mudando apenas de forma, pois as leis criadas para afirmação de povos negros e indígenas²³, que enfrentam percalços particulares, foram implementadas para que tais povos tivessem oportunidade, assim como a população branca, de ascender socialmente, já que os estereótipos e a estrutura social baseados em raça, gênero e classe, impedem que corpos negros e indígenas alcancem algum status social como um grupo. O que desaparece dessa falta de oportunidade e direitos do passado, ainda está se construindo no Brasil por meio de políticas afirmativas que

²² Essa é a teoria trazida por Silvio Almeida em seu livro *Racismo Estrutural* (2019), em que esses racismos se entrecruzam e complementam. Sobre a classificação do racismo em três: individualista; institucional e estrutural, ver: Almeida, 2019, p. 24.

²³ Leis afirmativas mencionadas se referem a lei de obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena de 2008. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11645-10-marco-2008-572787-publicacaooriginal-96087-pl.html>. E, também, a lei de cotas feita em 2012 e que, 10 anos depois da avaliação do programa, teve continuidade com a lei aprovada novamente em 2023. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2023/lei-14723-13-novembro-2023-794926-publicacaooriginal-169999-pl.html>.

pretendem uma reparação e uma afirmação dos povos negro e indígena no Brasil, a fim de que as diferentes raças e etnias possam ter igualdade de acesso aos estudos e ao trabalho.

Além disso, é essa mesma recusa de imigrantes, que foi moldada ainda no tempo de Vargas, com o Decreto-Lei nº 406/1938, que definia quem podia e quem não podia entrar no país, juntamente com o racismo e a misoginia, que afeta não só no individual, mas também no coletivo, nos meios econômicos e nos meios sociais. Isso torna esse cenário, portanto, um desafio para imigrantes de países não-europeus e pessoas não-brancas.

Desse modo, em meio ao cenário de recepção de imigrantes e da procura desses por melhores condições de vida, bem como a partir da Lei de Migração, se torna possível o acesso à educação. É com base nisso que, na Universidade Federal da Fronteira Sul, foi criado primeiramente o PROHAITI pela Resolução CONSUNI nº 32/2013, juntamente com a embaixada do Haiti, e que foi um programa de graduação que permitiu a entrada de imigrantes nos cursos de graduação, com vagas suplementares nos cursos, e que visava integrar a população haitiana para que pudessem se qualificar e retribuir esse esforço no desenvolvimento nacional.

1.2 Programa de acesso ao ensino superior na UFFS: PROHAITI e Pró-Imigrante

Com as novas chegadas migratórias internacionais apontadas anteriormente, como de africanos, latino-americanos e caribenhos, e que tiveram uma expressividade maior em Santa Catarina, a UFFS criou o PROHAITI, que permitia a entrada de estudantes especificamente imigrantes do Haiti. Em 2019, com demandas de outros estudantes não brasileiros, o programa PROHAITI foi expandido para o programa Pró-imigrante pela Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019²⁴, que atende estudantes imigrantes de todas as nacionalidades. Pensando na formação dessas pessoas aqui no país, o programa possibilita mais oportunidades de estudos para aqueles que têm o desejo/sonho de ingressar em uma universidade.

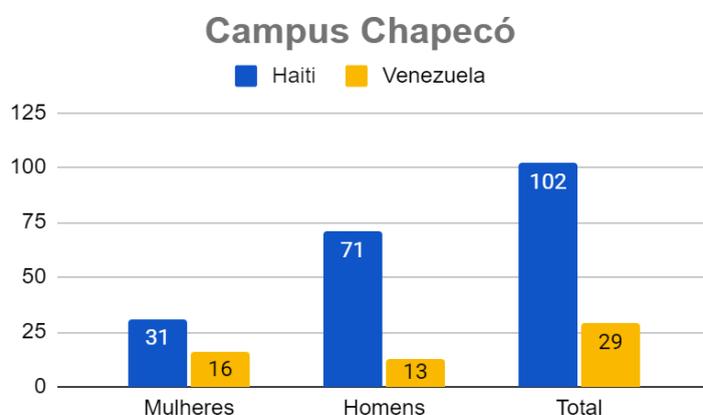
Até 2021 os dois programas coexistiram. Após o processo seletivo unificado dos dois programas em 2022 e debates acerca da imigração no ano anterior, fomentada pela instituição em debates como o I Seminário da UFFS sobre Migrações Internacionais e I Encontro UFFS das Comissões Institucionais, o PROHAITI deixou de existir, sendo absorvido pelo programa Pró-Imigrante. Nesse sentido, é importante apontar:

²⁴ Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2019-0016>.

Reafirma-se que essa ação (unificação dos Programas) não implicou prejuízos à UFFS, tampouco aos candidatos imigrantes haitianos (bem como a política a eles destinada). Cumpre dizer que trará benefícios para a execução do Processo Seletivo, otimização no acompanhamento dos discentes e equidade no atendimento a estudantes das diversas nacionalidades que buscam o ensino superior na UFFS. (Bordignon; Cella; Peron, 2023, p. 83)

Desde sua criação, o programa passou a ter a entrada de mais imigrantes na instituição, que acessaram assim seus direitos à educação. De 2014 a 2023 ocorreu a entrada de 147 estudantes imigrantes no *campus* de Chapecó, sendo pessoas de países como Angola, Congo, Haiti, Venezuela, Paraguai, México, Guiné Bissau, Japão e República Dominicana, de acordo com dados enviados a nós por e-mail pelo Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE). Nesses dados consta que entre esses 147 estudantes, 53 são mulheres e 94 são homens. Podemos, aqui, atentar mais para a quantidade de mulheres e homens presente no *campus* das nacionalidades venezuelana e haitiana, conforme gráfico abaixo:

Gráfico II: Nacionalidades dos imigrantes ingressantes entre 2014 e 2023



Fonte: Adaptado da planilha relativa aos dados de imigrantes de junho de 2024 da UFFS/Campus Chapecó. Acervo da UFFS – Campus Chapecó.

No contexto específico desse programa estudado, Taíse Staudt nos dá uma boa perspectiva sobre mulheres imigrantes, especificamente, haitianas: “[...] o contingente de mulheres haitianas no meio acadêmico é ainda inferior ao masculino e existem outras estruturas linguísticas e de poder que limitam ainda mais o acesso das mulheres haitianas aos espaços de estudo, trabalho e sociabilidade” (Staudt, 2022, p. 20).

Por ser ainda recente, o Pró-Imigrante, na instituição, ainda indica que o quantitativo majoritário de ingressantes na universidade é composto por alunos do Haiti, ainda que outras nacionalidades, como a venezuelana, também se destaquem. Com isso, podemos nos fazer a seguinte pergunta: sendo negros a maioria de seus estudantes imigrantes, será que existe racismo na instituição?

1.3 Existe racismo na instituição?

No contexto já colocado neste texto sobre a positivação da presença de imigrantes de origem europeia, preferencialmente brancos, cabe a pergunta: então, quem pode ser imigrante? Como vimos, o ato de migrar permitiu que o ser humano povoasse a terra, e, séculos depois, a migração permitiu o comércio, sendo a migração o motor das inovações tecnológicas, como é bem representado atualmente pelo nosso desejo de migrar para outros planetas. A colonização europeia do Brasil e as construções de raça, iniciadas no período da colonização e moldadas no século XIX, fundam a imagem da pessoa negra, representada sempre como antagonista, sendo o contrário de tudo que é definido como belo e puro pela colonização:

Na representação do negro brasileiro este fenômeno é transparente segundo o que se pode observar nos estudos de Octavio Ianni (1972), Fúlvia Rosemberg (1985), Ana Célia da Silva (1991) e muitos outros que se ocupam desse tema, no Brasil. Estes estudos revelam que, na comunicação visual, o negro aparece estigmatizado, depreciado, desumanizado, adjetivado pejorativamente, ligado a figuras demoníacas. (Bento, 2002, p.13)

A lei feita no período do governo Vargas ajuda a entender a dimensão de imigrar e receber acolhimento. O decreto, que limitava a chegada de certas etnias e privilegiava as de descendência europeia, tornou a imigração vinda da Europa um orgulho tanto pela imagem de branqueamento quanto pelo aspecto econômico, sendo que os países europeus têm melhores condições econômicas do que o Brasil. A lei já foi revogada, mas permanece a noção de corpos socialmente aceitáveis na sociedade brasileira, principalmente no tratamento de imigrantes negros de outras etnias, gera impacto em quem tem autorização para migrar e outros corpos que, por mais que migrem, não possuem acolhimento e não são bem recebidos.

Apesar da Lei da Migração de 2017 ser um passo necessário e de grande importância, de acordo com algumas experiências, relatadas em outros estudos sobre imigração, como *O Brasil sonhado e o Brasil real* (2023), que Staudt traz em sua pesquisa, esses dois brasis entram constantemente em conflito. É isso que podemos notar nas experiências de haitianos:

Dessa forma, o “Brasil sonhado” pela comunidade haitiana entrevistada era um Brasil que, apesar de não ser uma potência econômica, era um país acolhedor, um país com características culturais parecidas com o Haiti, um país alegre, com democracia racial, carnaval, praia e calor, um país em que apesar de a língua ser completamente diferente, seria possível ver identificações. O Brasil real trouxe surpresas, trouxe uma diversidade linguística e cultural que expandiu muito a ideia de Brasil, viver a realidade do país mudou a perspectiva: ele continua atrelado ao carnaval e ao futebol, mas também atrelado a diversas outras características. (Staudt, 2023, p. 32)

Essa experiência de migração é atravessada pelas experiências de racismo, mas também aqui podemos colocar o gênero como outro fator de atravessamento sobre os locais que podem ser acessados, trabalhados ou nos quais se pode estudar e morar:

Afinal, estamos tratando de uma sociedade onde o acesso a direitos e o acesso a uma qualidade de vida, entendida como minimamente satisfatória, não é acessível a todos. Ou, se preferirmos, é marcada por um acesso desigual. Parafraseando uma conhecida frase do escritor britânico George Orwell, no Brasil todo brasileiro é cidadão, mas alguns são mais cidadãos que outros. (Braga, 2022, p. 29)

E, infelizmente, dentro desse contexto social do Brasil, as falas da reportagem *Racismo e xenofobia faz parte da realidade da UFFS, em Chapecó*, não foge à regra em que corpos negros ainda são tratados a partir da representação do negro no Brasil herdada do século XIX. Essa reportagem conta com relatos de duas estudantes, que questionam o programa anterior ao Pró-imigrante: “por que eles colocam programas de Pró-Haiti para imigrantes para acessar a universidade se eles não nos tratam com dignidade? Por que eles nos recebem se não sabem como lidar com a presença de imigrantes?” (Desacato, 2022). Esses questionamentos e desabafos ocorrem em virtude do racismo vivenciado na instituição (UFFS):

Uma das estudantes relata observar situações onde estudantes imigrantes levantam a mão para perguntar ou expressar alguma ideia e o professor (a) simplesmente ignora. Ou mesmo, age como se fosse superior intelectual. Perguntam: “Se você está com dificuldade, o que você está fazendo aqui?”. (Desacato, 2022)

Essa fala exemplifica o que se entende como *racismo institucional*. Segundo Grada Kilomba (2019), o racismo se configura não só como uma ideologia, mas como uma instituição nas operações diárias de agendas educativas, sistemas, mercado de trabalho, justiça criminal e, nesse caso em específico, em universidades, em que sujeitos brancos têm uma visível vantagem em relação a outros grupos racializados. O *racismo institucional* se coloca

de tal forma na universidade que, a partir da fala da estudante abaixo, pode se perceber que o esforço se redobra em busca de um reconhecimento igualitário em sala:

Por conta destas situações, estudantes imigrantes sentem a necessidade de se dedicar muito mais que estudantes brasileiros. Mesmo que se dedique 5 vezes mais, ainda assim, são desrespeitados. A imigrante, já chegou ouvir de um colega de aula que ela era incapaz de realizar práticas de estágio. “A colega me tratou como se eu fosse auxiliar dela. Não como uma estudante disposta a aprender”. (Desacato, 2022)

Dois dias depois dessa matéria em que estudantes fazem a denúncia, o mesmo site posta matéria enviada pela Universidade: *Universidade Federal da Fronteira Sul se manifesta quanto a casos de racismo e xenofobia no campus de Chapecó*.²⁵ A instituição se pronunciou acerca do caso estavam investigando, encaminhando os procedimentos institucionais e jurídicos cabíveis, e finaliza:

Contudo, ressalta-se que tal publicação se configura como um ataque a um Programa muito sério e respeitado, inclusive na comunidade haitiana, que oportuniza o acesso ao ensino superior, considerando peculiaridades dos candidatos imigrantes. Reitoria da UFFS e Direção da UFFS – Campus Chapecó. (Desacato, 2022)

Importante explicitar que não se trata da extinção de um Programa institucional que se propõe a ampliar a presença da diversidade na universidade, mas é de sua responsabilidade agir de fato contra a estrutura racista e xenofóbica. Nesse caso em específico, essa estrutura toma forma nos atos dos alunos e professores, ocorridos na instituição. Denúncias como essas, que ganharam notoriedade através de reportagens, servem para a instituição ficar alerta para casos assim, pois ouvir os estudantes e tomar providências através da escuta desses casos, em ações afirmativas, político-administrativas dentro da instituição é o trabalho exigido para uma universidade mais democrática e igualitária.

Na reportagem, como vimos, a UFFS ressaltou as iniciativas de promoção, acolhimento e permanência na universidade. Contudo, uma instituição que se coloca na defensiva, em uma situação em que se denunciam atos de racismo, entra em uma lógica de vitimização:

Enquanto o sujeito negro se transforma em inimigo intrusivo, o branco torna-se a vítima compassiva, ou seja, o opressor tor-na-se oprimido e o oprimido, o tirano.

²⁵ Universidade Federal da Fronteira Sul se manifesta quanto a casos de racismo e xenofobia no campus de Chapecó: *Conteúdo responde a reportagem "Racismo e Xenofobia faz parte da realidade da UFFS em Chapecó"*. Disponível

em:
<https://desacato.info/universidade-federal-da-fronteira-sul-se-manifesta-quanto-a-casos-de-racismo-e-xenofobia-no-campus-de-chapeco/>.

Esse fato é baseado em processos nos quais partes cindidas da psique são projetadas para fora, criando o chamado “Outro”, sempre como antagonista do “eu” (*self*). (Kilomba, 2019, p. 34-6)

A instituição se põe como vítima de ataques aos seus programas de inclusão, enquanto que as estudantes, estas sim vítimas, que fizeram parte do programa de inclusão em questão e que usaram sua voz para denunciar ataques racistas na instituição, foram interpretadas como atacando a instituição, e não como denunciando um ataque que, se não de fato cometido por ela, foi pelo menos, no limite, permitido. A reação da instituição, assim, não ocasionou uma reflexão para a discussão de políticas mais rígidas para atos racistas e xenofóbicos. A atitude soa também como um apagamento das vozes que fazem parte do programa de inclusão para imigrantes. É claro que isso não apaga o fato de que políticas institucionais voltadas para grupos que foram historicamente excluídos é um começo para uma mudança positiva, igualitária, mas não podemos por isso concluir de maneira precipitada que o assunto está resolvido.

Olhando de outra perspectiva para o conceito de *racismo institucional* de Grada Kilomba (2019), poderíamos pensar numa espécie de *xenofobia institucional*, levando em consideração que são mulheres imigrantes negras, pois o racismo e machismo, infelizmente muito vívido para pessoas negras naturais do Brasil, se apresenta mais agressivo ainda para as pessoas imigrantes negras e mulheres, de modo que se faz necessária uma abordagem interseccional do problema. Pois, dentro da lógica em que estamos inseridos no Brasil, com pensamento hegemônico ocidental, branco, masculino e heteronormativo, sofrem as consequências todos aqueles que são diferentes dessa lógica, e quanto mais diferenças você tem dentro dessa lógica, mais pesa a estrutura opressora.

Essas opressões agem sob os indivíduos e atuam nas relações sociais de diversos grupos, tanto que, ao se buscar por soluções para eliminar essas opressões, os distintos grupos historicamente excluídos podem acabar competindo entre si a fim de alcançar os objetivos de emancipação. Bell Hooks, discute e disserta sobre como grupos oprimidos disputam entre si, como ocorre com mulheres brancas e mulheres negras:

Basicamente, a mensagem que esses dois grupos historicamente receberam da cultura dominadora é que um grupo não pode ser libertado a menos que o outro permaneça escravizado. É a compreensão dessa mensagem que deixou e continua deixando a maioria das mulheres negras temerosa em relação a alianças com mulheres brancas; temerosa de que quaisquer ganhos alcançados pelas mulheres brancas na estrutura social atual significarão retrocessos para mulheres negras/de cor. Em retrospecto, é evidente que, uma vez que as mulheres têm procurado unicamente obter poder dentro da estrutura social atual, essa tem sido uma suposição correta. (Hooks, 2022, p. 77)

As agendas buscavam emancipações distantes: as mulheres brancas no início da revolução feminista buscavam direitos políticos, sociais, econômicos, e eram subordinadas socialmente pelo estatuto civil, enquanto que as mulheres negras, além de serem subordinadas pelo estatuto civil, buscavam ainda reconhecimento e emancipação de raça e classe e, mais tarde, de gênero, pois, se nem as mulheres brancas tinham direitos reconhecidos nem os homens negros eram considerados pessoas com dignidade em virtude de sua raça distinta, as demandas específicas das mulheres negras eram, nesse contexto, praticamente ignoradas. Essas diferenças foram marcadas e criaram-se esses dois grupos que se encontram pelo fator de gênero, mas que têm entendimentos e construções de raça, gênero e classe distintas.

Entre esses dois grupos existem opressões que se cruzam. Isso faz com que o poder opressor da sociedade patriarcal e branca exerça mais força nas relações sociais desses grupos e também desses grupos com os indivíduos. Esse poder opressor é o que a cultura dominante necessita para se sustentar, assim como precisa do capitalismo, do patriarcado, do pensamento supremacista branco e do imperialismo. E precisa, além disso, encobrir essas conexões, ou permitir que se ataque apenas um aspecto por vez, como, por exemplo, quando se permite que se critique a xenofobia e o racismo em uma perspectiva neutra masculina, enquanto se silenciam acusações de machismo dentro desse cenário da imigração (hooks, 2022, p. 67).

Assim, pesquisas amplas abordando a imigração negra de diferentes nacionalidades no Brasil podem até incluir os gêneros masculinos e femininos nos relatos de experiências de imigração, mas muitas vezes não conseguem analisar as interseccionalidades presentes no processo migratório de homens e mulheres.

Essas opressões que se cruzam são definidas como *intersecções*, como Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge explicam:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (Collins; Bilge, 2021, p. 16-17)

Então, nesta pesquisa, a interseccionalidade, como uma ferramenta analítica, permite analisar melhor os problemas estruturais e institucionais que mulheres imigrantes negras têm que enfrentar, levando em consideração o contexto histórico e social em que se encontram

(um país e estado com um passado colonial opressor para pessoas negras, mulheres e imigrantes não-brancos) e de onde vieram (o choque cultural ao perceber as diferenças opressoras no país para o qual migraram).

A interseccionalidade já é usada para pensar políticas e estratégias de igualdade (Collins; Bilge, 2021) por mulheres negras nos EUA desde os anos de 1960 e 1970. Elas usaram o conceito de interseccionalidade para compreender os desafios que faziam parte de suas necessidades dentro da luta das mulheres negras, como trabalho, educação, emprego e acesso à saúde, que não tinham espaço nas agendas de luta de outros grupos.

Por exemplo, homens e mulheres frequentemente sofrem o racismo de maneiras diferentes, assim como mulheres de diferentes raças podem vivenciar o sexismo de maneiras bastante distintas, e assim por diante. A interseccionalidade lança luz sobre esses aspectos da experiência individual que podemos não perceber. (Collins; Bilge 2021, p. 31)

Na pesquisa *A saúde mental de mulheres imigrantes na universidade* (2022), foram feitas entrevistas com estudantes universitárias do Sul do Brasil. Nela, uma mulher haitiana relata:

[...] o mundo não era o que eu esperava. Porque eu descobri a coisa mais difícil... que eu era negra! Eu não sabia disso. Eu não sabia, eu fiquei sabendo quando eu cheguei aqui na UNILA²⁶, em Foz, desde o primeiro dia eu percebi isso. (...) E na realidade eu não gosto de passear na rua. Por causa dessa coisa de racismo, eu não estou conseguindo lidar com ela. Então eu fico aqui, estudando, esperando até o fim, quando eu me formar, para então voltar pra casa para respirar. (P7, Haitiana). (Silva Ferreira; do Nascimento; Martins Borges, 2022, p. 5, nota minha)

A entrevistada (P7) só se encontra com o racismo no momento em que se encontra com o novo país para o qual migrou. Isso conduz assim a outro fator presente na experiência do racismo vivenciado pela entrevistada, a saber, que a dor da inferiorização afeta profundamente a autoestima, alterando a forma como nos expressamos através da feminilidade:

²⁶ A Universidade Federal da Integração Latino-Americana começou a ser pensada em 2007 a partir de uma comissão de implementação pelo Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA), pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pela Itaipu Binacional. Fundada em 2010, é vinculada ao Ministério da Educação, sendo de natureza jurídica autárquica, localizada no estado do Paraná, na cidade de Foz do Iguaçu. Com abrangência na América-latina e internacional, busca realizar intercâmbios com universidades e instituições de sua abrangência, assim como ser um organismo de integração regional para fornecer, com seus vínculos, um conhecimento compartilhado, proporcionando pesquisas avançadas em rede e a formação de recursos humanos de alto nível compreendendo diversas áreas de conhecimento, como os conhecimentos artístico, humanístico, tecnológico e científico. Essas informações foram retiradas do site da UNILA na aba história e projeto pedagógico. Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/institucional/historia-unila>. Acesso em: 6 de dezembro de 2023.

Não tenho, não tenho motivo pra isso. Na verdade, eu não estou cuidando de mim, desde que eu estou no Brasil, eu desisti de mim. É, joguei a beleza fora ((risos))! (...) e tem roupas que eu não uso, roupas que eu trouxe do Haiti que eu não uso, nunca usei [Por que você não usa?]. Porque no Haiti, sei lá... Não quero chamar a atenção, quero ficar invisível! (P7, Haitiana) (Silva Ferreira; Do Nascimento; Martins Borges, 2022, p. 7-8)

Se sentir invisível, abrir mão de cuidados consigo, faz parte da desvalorização do feminino negro que foi moldado no passado escravista do Brasil: “a desvalorização da natureza feminina negra ocorreu como resultado da exploração sexual das mulheres negras durante a escravidão que não foi alterado no decurso de centenas de anos” (hooks, 1981, p.40). Como o Brasil e os EUA possuem um passado escravocrata e possuem uma estrutura de passado racista, colonial e misógina que persiste, o recorte dessa fala é o suficiente para perceber como a estrutura aprisiona todas as pessoas que não estão dentro do pensamento hegemônico ocidental, branco, masculino e heteronormativo. A interseccionalidade, aqui, pode ser percebida nas relações sociais da entrevistada, pois ela teve não só o choque de chegar em um país onde o corpo negro é lido como intruso, mas também teve que lidar com a desvalorização da imagem da mulher negra que, para se proteger de ataques racistas e xenofóbicos, escolhe se esconder como forma de proteção.

Por tanto, a interseccionalidade analítica analisa como as políticas públicas afetam a desigualdade econômica. Nas palavras de Collins e Bilge:

Postular que as configurações contemporâneas de capital global que alimentam e sustentam as crescentes desigualdades sociais se referem à exploração de classes, ao racismo, ao sexismo e a outros sistemas de poder promove um repensar nas categorias usadas para entender a desigualdade econômica. Estruturas interseccionais que vão além da categoria de classe revelam como raça, gênero, sexualidade, idade, capacidade, cidadania etc. se relacionam de maneiras complexas e emaranhadas para produzir desigualdade econômica. (Collins; Bilge, 2021, p.35)

Neste estudo as sujeitas são ponto central, que, com seus relatos, vão permitir seu protagonismo no que diz respeito às narrativas sobre imigração, e também sobre como a instituição universidade influencia o cotidiano dessas mulheres negras imigrantes, estudantes e trabalhadoras, analisando suas falas com o contexto histórico regional do Brasil e seu país de origem. A partir dessas falas será possível criar políticas mais atentas e acolhedoras dentro da universidade, universidade que escolheu incluir pessoas estrangeiras negras tanto homens quanto mulheres, e isso em uma sociedade de estrutura opressiva para essas pessoas. Se ela as inclui dentro da instituição, será que ela não vai refletir sobre os aspectos opressivos da sociedade? Na tentativa de se pensar sobre essa questão, busquei mulheres imigrantes da

Universidade Federal da Fronteira Sul *Campus* Chapecó para falar sobre suas experiências de imigração e universidade.

Para poder me aprofundar um pouco mais sobre como o racismo institucional e estrutural se apresenta, farei, no início do próximo capítulo, uma breve apresentação dos conceitos de Silvio Almeida (2019) acerca dos racismos. O racismo, como veremos, tem algumas formas de se manifestar na sociedade, como *racismo individual*, *racismo institucional* e *racismo estrutural*. Na abordagem desse autor, essas formas individuais, no âmbito comportamental, fazem parte da relação social já estabelecida, que se reflete nas ações racistas de outras pessoas e, no âmbito institucional, seguem também a norma da estrutura racista.

2. EXPERIÊNCIAS DE ESTUDANTES MULHERES, NEGRAS E IMIGRANTES NA UFFS – CAMPUS CHAPECÓ: UM ESTUDO DE CASO

Neste segundo momento da pesquisa, desenvolverei o conceito de racismo estrutural e, após, farei uma intersecção entre os diálogos e as vozes que norteiam a pesquisa com a inserção dos conceitos sociais e históricos apresentados até aqui. Para a efetivação da pesquisa busquei no início do semestre por mulheres negras migrantes estudantes da UFFS dispostas a participarem de forma voluntária para uma roda de conversa. A maioria apontou a falta de tempo, mesmo com a oferta de horários e dias flexíveis. E, se tratando de um tema sensível como migração, raça e gênero, talvez os assuntos abordados ou visibilidade deles podem ser experiências traumáticas, desta forma busquei constantemente respeitar o espaço e a vontade da outra pessoa que vai me conceder sua fala e sua experiência de vida. Desta forma, após apresentar minha pesquisa foi marcada a data da conversa para a pesquisa com Hibisco Rosa.

Como se trata de uma pesquisa em grande parte qualitativa, ainda sim, em se tratando de experiências individuais, que acontecem em grupo, buscamos, na pesquisa de Rosângela Maria Hüning intitulada *Mundos do Trabalho: Inter-Relações na Trajetória da Mulher Imigrante na Agroindústria, Chapecó/SC (2013-2020)* narrativas das vozes de mulheres negras para pensar em perspectiva interseccional. Utilizei relatos da entrevistada Capota Vermelha, da referida pesquisa para poder trazer mais pontos de vista sobre a vida migrante de mulheres negras na cidade de Chapecó.

Para dar ênfase nos relatos das entrevistadas e trazer os relatos das mulheres como centro, a partir da seção 2.2 me baseei na metodologia expositiva que Grada Kilomba (2019), utiliza para suas entrevistas, colocando os relatos como títulos dos capítulos, já apresentando as falas, fazendo conexão dos relatos com a teoria.

2.1 Racismo estrutural

Diante do exposto até aqui, e, tendo a raça como uma característica que, para certos grupos sociais e pessoas, é usada para oprimir e impedir oportunidades de ascensão social, apresentarei o conceito de racismo estrutural, de acordo com Silvio Almeida (2019). Ele explica primeiramente o racismo, que se representa nas ações sociais como discriminação racial e preconceito racial. No trabalho de Almeida, a discriminação racial difere do preconceito racial. Atribuir tratamento diferenciado a pessoas de grupos racialmente

identificados é discriminação racial, enquanto que o preconceito racial é se esses estereótipos sobre um grupo racializado são praticados ou não por quem tem preconceito.

Na discriminação racial, Almeida (2019) apresenta as *discriminações direta* ou *indireta*; a direta é uma exclusão direta de grupos racialmente identificados, com a intenção de discriminar, como, por exemplo, proibir pessoas negras e árabes de entrarem em lojas, comércio e escolas. Já a *discriminação indireta* é quando se tem ausência de intenção, por ser norma ou prática comum, e quando questionada e apontada pelo grupo minoritário que sofreu a discriminação, não é levada a sério e não se tem consequências de lei.

De acordo com Silvio Almeida, há também a discriminação positiva, que seriam políticas afirmativas, que discriminam a fim de alinhar ou reparar a desigualdade gerada pela discriminação negativa que causou desvantagens sociais ou econômicas. A discriminação é então a materialização do racismo:

Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas – bairros, guetos, bantustões, periferias etc. – e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos – como escolas e hospitais – como de frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais, como são exemplos os regimes segregacionistas dos Estados Unidos, o apartheid sul-africano (...). (Almeida, 2019, p. 24)

A segregação seria, portanto, uma das características do racismo. Além da ação individual, entretanto, se tem a condição institucional. Silvio Almeida referencia Charles Hamilton e Kwame Ture, que analisam de forma institucional o racismo nos EUA. O *racismo institucional* distingue o *racismo individual* do *institucional*. O *racismo individual* se mostra mais agressivo e evidente, enquanto que o institucional, por não ser evidente, vem de ações e regras já estabelecidas na sociedade, sendo, portanto, menos condenado publicamente.

Enquanto o racismo no âmbito individual é um desvio de comportamento, “(...) a educação e a conscientização sobre os males do racismo, bem como o estímulo a mudanças culturais, serão as principais formas de enfrentamento do problema” (Almeida, 2019, p. 25). Sendo imoral e um crime para aqueles que praticam e devem ser responsabilizados por seus atos racistas, o autor alerta para que a visão individual do racismo não nos aprisione e percebamos que:

(...) a concepção individualista, por ser frágil e limitada, tem sido a base de análises sobre o racismo absolutamente carentes de história e de reflexão sobre seus efeitos

concretos. É uma concepção que insiste em flutuar sobre uma fraseologia moralista inconsequente – “racismo é errado”, “somos todos humanos”, “como se pode ser racista em pleno século XXI?”, “tenho amigos negros” etc. – e uma obsessão pela legalidade. No fim das contas, quando se limita o olhar sobre o racismo a aspectos comportamentais, deixa-se de considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade e com o apoio moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados “homens de bem”. (Almeida, 2019, p. 25)

O *racismo institucional*, se referindo a instituições, são as formas sociais materializadas em instituições, sendo esses sistemas sociais que mantêm a ordem social ou sua estabilidade: “a estabilidade dos sistemas sociais depende da capacidade das instituições de absorver os conflitos e os antagonismos que são inerentes à vida social. Entenda-se como *normalizar*, no sentido de estabelecer normas e padrões que orientarão a ação dos indivíduos” (Almeida, 2019, p. 25). Isto posto, a existência de racismo institucional é a presença do racismo nas instituições, fazendo da desigualdade social não uma característica somente da sociedade por conta de grupos ou pessoas isoladas, mas sim também ligada a interesses políticos e econômicos por grupos raciais que usam do seu poder a seu favor para privilegiar os seus, mantendo uma hegemonia de poder.

Uma vez ou outra, contudo, esse grupo hegemônico atende a demandas sociais para absorver conflitos e contemplar interesses de quem não está no controle para manter a ordem social. Ocorre que as políticas de ações afirmativas, que por mais longas que sejam sua implementação e funcionamento, sempre estão em conflito com esses outros interesses:

Sabe-se que as políticas de ação afirmativa, apesar de seu longo histórico de implantação e de seu reconhecimento jurídico e político, ainda motivam grandes controvérsias dentro e fora das instituições em que são implementadas. Isso apenas comprova que:

- a) as instituições são conflituosas e sua coesão depende da capacidade de absorver conflitos, tanto ideológica quanto repressivamente;
- b) a instituição precisa se reformar para se adaptar à dinâmica dos conflitos sociais, o que implica alterar suas próprias regras, padrões e mecanismos de intervenção. (Almeida, 2019, p. 28-9)

O racismo estrutural é, para Silvio Almeida (2019, p. 33): “(...) uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional”. Sendo assim, se o racismo é decorrência da estrutura, como o autor escreve no seu texto original, ela é estrutural, tornando-se indispensável não só proibir o racismo individual, mas rever as relações sociais, políticas e econômicas a fim de mudar essa estrutura que se torna tão corriqueira nas normas sociais.

Nas falas que se seguem abaixo, dirigimos nossa atenção para acontecimentos do dia a dia de duas mulheres migrantes que moram na cidade de Chapecó²⁷. Os títulos das seções a seguir, como as leitoras e leitores perceberão, são compostos por falas/vozes de mulheres negras migrantes, de modo que podemos dizer que, desde o início, é o sujeito que assume o ritmo do relato.

2.2 “É que é uma coisa na nossa cultura. E é assim mesmo. Quando você termina os estudos, às vezes os pais decidem o que que você vai fazer. Tipo não é o que você vai estudar (...) / eles acham que tem que deixar o país para estudar no outro país, você vai ter mais oportunidade” - Uma cultura da migração

É uma coisa da nossa cultura. E é assim mesmo. Quando você termina o estudo, às vezes os pais decidem o que que você vai fazer. Não é o que você vai estudar, mas tipo... Porque eles acham que tem que deixar o país para estudar em outro país, assim você terá mais oportunidade. Você vai conhecer outras coisas. Porque, por exemplo, na minha família, somos cinco. E o meu irmão, que é o primeiro filho, quando ele terminou os estudos dele, foi para a República Dominicana para fazer medicina. Então o pai queria a mesma coisa para nós²⁸

No relato de Hibisco Rosa, a migração é um aspecto cultural, sendo assim a cultura de uma sociedade parte de sua identidade. A migração, vista como um aspecto cultural, tem relações históricas com o Haiti e sua economia, sendo também um aspecto histórico das ilhas caribenhas, como menciona Staudt:

Quando há muito tempo se caminha pelo mundo, há muito tempo se leva seu mundo a outros mundos. A mobilidade como parte constituinte da identidade caribenha está ligada diretamente com a formação histórica do conjunto de ilhas, na mesma medida em que forma as novas relações do Caribe com o restante do mundo. (Staudt, 2022, p. 69)

Mas, considerando o caso específico do Haiti, depois da luta pela conquista do país, garantindo sua independência, não deixaram de existir países tentando controlar e gerenciar o Haiti, como, por exemplo, o controle estadunidense, assim como as ditaduras e os governos autoritários dentro do próprio país. Isso gerou muitos conflitos dentro do país, junto com

²⁷ Uma entrevistada para esta pesquisa, como apontado anteriormente se auto intitulou Hibisco Rosa e é estudante da Universidade Federal da Fronteira Sul do *Campus* Chapecó. Seu curso não será mencionado devido ao caráter anônimo da entrevista. Como existem poucos migrantes em cada curso, quem é da universidade pode acabar identificando, então tudo que pode revelar sua identidade foi suprimido para garantir o disposto no Termo de Assentimento da entrevista. A outra entrevistada, intitulada “Capota Vermelha” por ela mesma no trabalho de Rosângela Maria Hüning (2023), foi incluída para ampliar nosso leque de relatos na pesquisa.

²⁸ Hibisco Rosa.

desastres naturais, como o terremoto em 2010. Com isso, é importante ressaltar: “como consequência destes processos, o Haiti acabou por criar uma dinâmica de expulsão da população do seu país, no sentido de que as possibilidades de boas condições de vida e de ascendência social foram constantemente retiradas da população” (Staut, 2022, p. 67). Isso contribui para que mais pessoas se mobilizem para fora do país, mas é muito mais do que simplesmente sair do país por melhores condições, mas também se torna meio de explorar as oportunidades em novos lugares, oportunizando que os aspectos culturais e históricos da identidade cultural do país em outro país, com suas cultura, religião, língua, tradições e música (Staudt, 2022, p. 71). Cria-se, assim, uma nova forma de existir e de resistir com a cultura de seu país em vários lugares diferentes. Não é, portanto, uma mobilidade apenas de meios econômicos, mas sim culturais e identitários, de um povo que se beneficia da migração como forma de manutenção de sua cultura sócio histórica e identitária. Assim, a migração haitiana sempre esteve presente no Brasil, como em outros países do mundo, pois isso faz parte de sua cultura.

A migração internacional de pessoas oriundas de países próximos do Brasil, e em sua maioria pessoas que buscavam melhores condições de vida por conta de catástrofes naturais ou problemas políticos e econômicos de seus países, ocorreu em decorrência de ofertas e demandas de trabalho oferecidas pelas empresas brasileiras.

Hibisco Rosa, por outro lado, já não segue essa tendência apresentada nas pesquisas de migração internacional. Ela e suas irmãs migram para o Brasil em busca de formação como descrito acima, dando um novo olhar para as migrações haitianas recentes, que não são somente por questões econômicas, mas também por estudos e carreira profissional.

Fica claro que essa não foi uma mudança desejada por Hibisco Rosa, como ela expõe, ou reconhecida como necessária, mas, ainda sim, com muita coragem ela partiu viagem rumo ao Brasil e ao encontro de suas irmãs. Ela relata também que contou com a ajuda de desconhecidos para se localizar no aeroporto e conseguir chegar em Chapecó, pois suas irmãs vieram antes e diz: “antes porque na verdade eu não queria vir para o Brasil. Eu não queria”²⁹. Além de migrar para um país que não desejava, ao chegar ao Brasil uma das maiores barreiras que encontrou foi a língua. Portanto, por mais que desejava de ter ido para outra cidade, veio para a cidade de Chapecó, onde parte de seus familiares já residiam e poderiam lhe auxiliar com o idioma.

²⁹ Hibisco Rosa.

2.3 “(...) porque quando você não fala uma língua, tipo essa é uma barreira para você” -

A língua como barreira para adaptação

Na verdade. A diferença não é muita. Uma coisa é a língua. É a língua, porque quando você não fala uma língua, tipo essa é uma barreira para você. É difícil porque você não consegue se comunicar. Você queria se comunicar, mas você não consegue, entendeu? E às vezes a pessoa que tipo está na sua frente tem medo também de falar uma coisa ou para não te machucar ou não saber o que falar³⁰.

A língua é a nossa principal forma de comunicação. Quanto mais você conhece a língua, mais você se apropria dela para poder se expressar, e quanto mais aprende sobre a língua, mais ela pode revelar sobre uma sociedade. As línguas, no plural mesmo, na vida educacional de Hibisco Rosa são algo obrigatório: “porque lá no Haiti é. É assim tipo língua é obrigatório. Na escola a gente estuda línguas. Na escola era inglês, francês e crioulo. Crioulo, que é a língua materna”.

O *crioulo*, ou *créole*, é uma língua oficial do Haiti, assim como o francês. Porém, o *crioulo* é a língua materna, pois está intimamente ligada com a luta pela independência do país, assim como com sua cultura, a língua que carregamos e aprendemos desde nossa infância e faz parte da identidade histórica da sociedade, tanto no coletivo como no individual:

Como apontado anteriormente, não se sabe ao certo quando o crioulo haitiano começou; o que se imagina é que esta nova língua foi-se formando ao longo do tempo por meio de situações de contato entre os então escravos de origem africana com os colonos franceses, impelidos pela necessidade de comunicação. (Pimentel; Cotinguiba; Ribeiro, 2016, p. 35)

Quando Hibisco Rosa, foi perguntada sobre quais são as principais diferenças entre o Brasil e o Haiti, a resposta foi a comunicação. Além disso, ela diz que quanto mais se apropria da língua portuguesa do Brasil, mais oportunidades de trocas e de comunicação se abrem. Pois, além de dizer o que deseja, também passa a entender o que é dito a sua volta, possibilitando a compreensão e o diálogo com as pessoas que se relaciona, na universidade, no trabalho e no dia a dia.

No caso da língua *créole*, ela só foi reconhecida pelas leis educacionais com a reforma da educação do Haiti, em 1979, pois anteriormente todo o conteúdo educacional era em língua francesa. A língua materna na educação, foi constantemente impedida pela elite colonizadora do Haiti, pois não era de seu interesse, como podemos observar no estudo de Pimentel, Cotinguiba e Ribeiro:

³⁰ Hibisco Rosa.

Se por um lado a oficialização ou reconhecimento de uma língua materna conecta um povo à sua realidade histórico-identitária, o mesmo não se pode dizer quanto ao interesse da elite, “colonizadora” dominante em todas as sociedades, principalmente nos países que se denominam ex-colônias. Quando pensamos o processo de oficialização de “línguas maternas” faladas em uma colônia, tanto durante quanto após o período desse domínio colonialista, nota-se que tal possibilidade, olhada pela ótica do colonizador, é interpretada como uma iniciativa revolucionária e uma atitude que muitos perigos podem oferecer à hegemonia império-colonial. (Pimentel; Cotinguiba; Ribeiro, 2016, p. 34)

Essas ações autoritárias das elites dominantes, são algumas das práticas do *racismo institucional*, em que o grupo hegemônico se esforça para assegurar seus interesses:

O uso do termo hegemonia não é acidental, uma vez que o grupo racial no poder enfrentará resistências. Para lidar com os conflitos, o grupo dominante terá de assegurar o controle da instituição, e não somente com o uso da violência, mas pela produção de consensos sobre a sua dominação. Desse modo, concessões terão de ser feitas para os grupos subalternizados a fim de que questões essenciais como o controle da economia e das decisões fundamentais da política permaneçam no grupo hegemônico. (Almeida, 2019, p. 28)

A recusa em legitimar a língua crioula refletia o interesse do grupo no poder, que não traduzia os interesses de um povo que lutou pela sua independência e, portanto, não traduzia a própria identidade legitimada em leis do Haiti. O grupo hegemônico, portanto, teve que ceder em certos aspectos culturais, sociais e econômicos para que outros permanecessem sob seu controle.

As lutas do Haiti, enquanto sociedade, para conseguir direitos básicos (escrito, ironicamente, por aqueles que colonizaram a ilha do Haiti e escreveram os direitos do homem e do cidadão) tiveram como obstáculo o mesmo país que escreveu os direitos do homem e do cidadão. Assim como aqueles que preservam resquícios desse pensamento no período posterior à independência, os detentores do poder na sociedade haitiana, se recusaram a conceder os mesmos direitos, na forma da lei, para os haitianos que exigiram esses direitos. A história de independência do Haiti é um exemplo do quanto o poder que permanece nas mãos de poucos controla e aprisiona qualquer sociedade, ainda mais uma que não concorda com essa estrutura de poder, em que os seus direitos pós independência não são assegurados mesmo depois da revolução. Ela mostra também, o quão importante é a pressão pela concessão desses direitos, como a língua, que, para Hibisco Rosa, foi e é tão importante para sua adaptação no Brasil.

2.4 “Eu me lembro [de ter lido] às vezes até cinco vezes, para entender mais ou menos sobre o que esse texto está falando” - As barreiras da língua nos estudos

(...) Eram duas vagas também. Eu falei: tá, eu vou fazer, eu vou tentar, talvez que eu goste, porque meu pai é professor e minha mãe também. Então eu falei, talvez, que seja da família, vou tentar. Eu entrei, fiz a prova. E, na verdade, eu estudei bastante para fazer a prova, porque eu entrei aqui em 22 de junho e fiz a prova 2 de dezembro, porque eu não falava português, entendeu? Tipo, eu aprendi o português aqui, mais ou menos, e depois de seis meses, na verdade, quase seis meses depois, fui fazer a prova, passei. Era para ingressar, tipo... em março. Eu comecei o curso. Na verdade, parecia tudo estranho para mim, porque o português que eu falava é bem básico. Tipo, para estudar, para ingressar. Para fazer uma faculdade é difícil, é difícil porque tudo é difícil, até para ler os textos. Eu me lembro, de ter lido, às vezes até cinco vezes, para entender mais ou menos sobre o que esse texto está falando. E tipo, eu estou estudando uma coisa que eu nunca ouvi, tipo história do Brasil. Não, não é uma coisa internacional. Como que eu vou falar... tipo, todo mundo sabe, isso é difícil, então eu tive que aprender mais³¹.

No dia a dia da universidade, para quem recém chegou, é um mundo ainda a ser explorado e compreendido, sendo assimilado melhor a cada dia em que se está presente nas aulas e nas atividades, sem muito tempo a perder. É um ritmo mais intenso que os estudos do ensino médio e é focado para a área em que se deseja trabalhar, sendo o idioma um dos fatores fundamentais para poder acompanhar os estudos. É isso que podemos perceber no modo como se expressa Hibisco Rosa:

O professor que me mandou o texto?... não foi assim. Às vezes eu procurava sozinha, porque até para conversar com os professores também não era tão fácil. Porque tem professores que não entendem os imigrantes. Os professores que entendem os imigrantes são os professores que já deixam o Brasil para estudar fora, tem professores quando pergunta alguma coisa ou quando fala sobre alguma coisa que você não entende, já pensa que você é burra. Mas que é diferente. Porque você não tem noção daquilo. Você nunca ouviu uma coisa. É tipo eu que estou conversando com você aqui, eu falo alguma coisa sobre Haiti. Eu explico para você, mas você sem entender o que eu estou falando. Mas tipo, mas você não viveu aquilo? Você não, tipo, tem noção. É diferente se eu estou falando com outro haitiano sobre outras coisas³².

Sua fala mostra que os professores em geral, diretamente ligados a ela, não tinham interesse em saber sobre seu aproveitamento na matéria por eles lecionada. Mas quando Hibisco Rosa questiona o conteúdo para tirar dúvidas para alguns docentes, eles, conforme vimos no relato acima, já pressupõem que a dificuldade é condicionada por incapacidade intelectual, e não por que tudo, incluindo nisso a língua portuguesa e muitos dos temas que são comuns na formação educacional no Brasil, são completamente novos para ela e outras

³¹ Hibisco Rosa.

³² Hibisco Rosa.

migrantes em situação semelhante à dela. Hibisco Rosa sente-se, ainda conforme o relato, mais compreendida pelos professores que já estudaram fora do país e parecem ter mais empatia com sua situação. Mas não deixa de ser um tratamento diferente para alguns professores que tratam ela com descaso devido à barreira linguística.

Na fala de Hibisco Rosa, a falta de compreensão prejudica no entendimento das matérias/disciplinas do curso, assim como o julgamento por não ser do Brasil e não ter conhecimento sobre fatos mais comuns a brasileiros sobre o Brasil, sendo que tais elementos não fazem parte de sua criação, vivência e cultura anterior a sua migração como mulher estudante haitiana.

De forma semelhante à incompreensão que sofre por parte dos professores, Hibisco Rosca tem dificuldade em suas interações com os colegas estudantes:

Quando eu falei depois é que vou entender o que que está acontecendo nas salas de aula, para achar grupo para fazer o trabalho, essas coisas. (...) Eu sempre fiquei com o B na época, sempre com o B, porque os alunos tipo “ah, você está procurando um grupo para fazer atividade”, mas tem gente que não quer colocar no grupo, teve isso também. Que eu não vou chamar, que é preconceito ou não. Às vezes a pessoa quer tirar nota boa, acha que vai colocar no grupo, e que não fala português direito, já vai ficar com nota baixa, mas não é sempre certo. Tem isso também, eu me lembro, que eu não vou falar os nomes, essas coisas. Eu me lembro quando eu perguntei...Assim, o professor tinha passado um trabalho para fazer em grupo. Eu perguntei para um aluno se nós podemos entrar no grupo eu e B, porque era tipo no mínimo quatro o grupo. E tinha gente que não estava com grupo e tem gente também que estava com um grupo e tinha vaga, “ah a gente vai ver se vai conseguir colocar você”. Eu falei para B: “Mesmo que a gente tire zero ou não, a gente vai tirar dúvida com o professor e a gente vai fazer o trabalho em dupla. E o B falou “sério?”. Eu falei que sim, vamos fazer. Talvez para eles a gente é burro, essas coisas, mas para nós a gente sabe o que tem na cabeça e fizemos nosso trabalho e a gente tirou nota lá bem boa³³.

Aqui ocorre recusa dos colegas estudantes, que não querem fazer grupo com Hibisco Rosa e seu colega conterrâneo por conta da língua, e talvez motivados pelo receio de nota baixa por causa da língua. Em nenhum momento da entrevista ela disse que o grupo que procuraram questionou suas habilidades em falar a língua portuguesa, mas, antes, preferiram deixá-los esperando indefinidamente por uma resposta. Hibisco Rosa logo achou outra solução e resolveu fazer o trabalho em dupla com seu colega também haitiano, e que foram bem-sucedidos.

Essa *discriminação indireta*, por mais que não seja tão visível e palpável quanto uma discriminação que pode incluir violência física como no caso da *discriminação direta*, gera os mesmos efeitos de estratificação social. Ela gera dúvidas em quem sofre esse tipo de

³³ Hibisco Rosa.

discriminação por não ser explícita. Sendo a discriminação racial um crime, sua forma indireta, e mais sutil, de oprimir consiste em ignorar o *sujeito*, que é considerado o *Outro(a)/Inferior* na ação discriminatória, e que é marcada pela ausência de intenção explícita de discriminar grupos minoritários (Almeida, 2019, p. 23). É digno de nota que, além disso, em nenhum momento Hibisco Rosa fala de alguma outra intervenção na situação relatada, a não ser a dela mesma e do colega: sendo ignorados de fato pelo grupo, não tiveram outra opção a não ser fazer o trabalho em dupla.

Mesmo com o trabalho sendo executado e apresentado para os colegas, ela ainda seguiu fazendo os trabalhos acadêmicos com seu colega sempre junto e se ajudando. Mesmo que mostrassem suas capacidades acadêmicas, ainda não eram colocados no local de *sujeitos* dentro de sala de aula, pelos seus colegas de graduação.

2.5 “É o que a gente escolheu ou o quê?” - Vagas dos cursos de graduação da UFFS Campus Chapecó pelos programas de promoção estudantil de imigrantes

(...). Por que não é permitido? Porque lá no Haiti tem medicina, tem tudo. Aqui nós não podemos fazer medicina. Não posso fazer medicina e até para fazer enfermagem, tem burocracia. Precisa fazer o ENEM ou precisa ter nacionalidade dos brasileiros, essas coisas. Tem isso também que eu não sei por que, mas deveria ter mais. Não é só pedagogia, é tipo, colocaram a medicina, enfermagem lá em cima e os outros cursos para baixo. Não é isso, porque cada um escolhe o que gosta. Sim, nem todo mundo vai fazer medicina, nem todo mundo vai fazer *uma licenciatura*, entendeu? É o que a gente escolhe ou o quê?³⁴

Para nascidos aqui, ou naturalizados, o número de estudantes brasileiros que podem entrar em cada curso não é um fator que preocupa na hora de escolher o curso. Se leva mais em consideração as notas necessárias para passar no curso que se escolhe, que, supondo ser uma chamada do SISU, com uma turma para 50 alunos, se sua nota é 500, ao passo que a nota mínima para entrar no curso é 600 (nota de corte), quem tirar mais, tem mais chance de entrar. No caso das vagas destinadas aos estudantes imigrantes que desejam estudar na UFFS, o candidato não se preocupa somente com seu desempenho na prova, mas também com a quantidade de vagas que são ofertadas em cada curso. Tomemos como exemplo, no *campus* Chapecó, o ingresso da Hibisco Rosa, no Edital de 2018³⁵, fazendo uma comparação com dois cursos para exemplo: foram ofertadas 4 vagas para imigrantes no curso de Agronomia e 2 em Geografia, e ainda hoje a universidade, neste *campus* em específico, não oferta vagas para

³⁴ Hibisco Rosa.

³⁵EDITAL

Nº1111/GR/UFFS/2018

(RETIFICADO):

<https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/edital/gr/2018-1111>.

imigrantes em cursos da área da saúde (cursos como Enfermagem e Medicina, apontados por Hibisco Rosa no relato acima) a partir dos editais do programa para entrada de imigrantes.

Os imigrantes acessam a universidade, como já indicado anteriormente, pelo Pró-Imigrante. Em 2023 iniciou-se o ingresso pelo processo simplificado, que permite a entrada além das notas do ensino médio ou nota do ENEM em cursos que não fecharam os números de vagas. Além disso, o quadro de vagas para pessoas de outros países aumentou no ano de 2023³⁶, com três cursos ofertando pelo menos 10 vagas³⁷.

No momento tem alunos em cursos da área médica na UFFS *campus* Chapecó, mas sua entrada provavelmente não se deu por um desses editais encerrados, até o momento de entrega desta pesquisa, por não ter oferta de cursos em áreas da saúde nesses editais, mas sim pelo ENEM, sendo um número muito baixo de estudantes que consegue entrar por meio desta forma de ingresso.

No entanto, o espaço universitário não é o único aspecto que influencia as vivências dessas mulheres migrantes negras e estudantes. O mundo do trabalho é um espaço que está continuamente atravessando essas vivências e condicionando-as. Assim como na graduação não é possível contemplar todos os imigrantes que têm interesse nos cursos de graduação (até esse momento, pelo menos), o mesmo ocorre com sua absorção pelo mundo do trabalho em Chapecó.

2.6 “Recebi a informação de que para estrangeiro, só a agroindústria, a informação veio do prefeito de Chapecó” - Os lugares que se pode ocupar!

Depois, mais tarde (...) recebi a informação de que para estrangeiro, só a agroindústria, a informação veio do prefeito de Chapecó, que a única oportunidade que ele poderia brindar para nós, sendo estrangeiro, era a agroindústria, porque é um serviço que infelizmente ninguém quer (...). Na empresa poderia perguntar a qualquer brasileiro se era de Chapecó, todos diziam que não, eram do Maranhão ou do Rio Grande do Sul, ninguém era de Chapecó, moram aqui de aluguel, mas nativo, que nasceu aqui, ninguém, porque não querem este trabalho! É um trabalho escravo! [...] Eles só querem a nós no trabalho, porque eles precisam de pessoas trabalhando. Eu fiquei muito surpreendida, para nós só há esta oportunidade, agroindústria [...]. (Hüning, 2023, p. 93-4)

Esse é o relato de Capota Vermelha e procurando por notícias sobre os fatos trazidos encontrei uma matéria de 2021 que aborda o mesmo tema. Porém, os órgãos municipais, como o balcão de empregos, que é uma instituição municipal formal para busca de empregos

³⁶ EDITAL N°675/GR/UFFS/2023:
[EDITAL N° 657/GR/UFFS/2023 \(ALTERADO\)](#)

³⁷ Os cursos que ofereceram 10 vagas foram: Matemática, Filosofia e Ciências Sociais nos editais citados nesta roda de nota pé.

na cidade, negam essa realidade de direcionamentos. Apresento a seguir uma fala da reportagem *Racismo e xenofobia na indústria da carne*:

Alane Luzia da Silva, que atua pela Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares em Chapecó e é integrante do movimento negro no município, relata que os estrangeiros acabam sendo direcionados para os trabalhos nos frigoríficos, especialmente durante a pandemia. “Muitas pessoas que vêm de outros países, principalmente pretas, têm diversas profissões nos seus países e aqui são tratadas como se só o frigorífico fosse possível para elas, é uma espécie de apartheid social”, critica. A prefeitura, no entanto, nega que tenha ocorrido qualquer direcionamento no Balcão de Empregos. (Bispo; Alves, 2021)

Aqui se mostra claramente o poder de uma instituição sobre um grupo em situação de vulnerabilidade. Pessoas não brancas, especificamente, são colocadas em condições de subalternidade, segregadas a certos tipos de trabalhos e veem reduzidas suas escolhas de profissão. A partir da atuação das instituições, essas são as situações em que o conceito de *racismo institucional* de Almeida (2019) se aplica, mostrando como ele se manifesta na sociedade para que os interesses do grupo hegemônico sejam favorecidos. Apesar de ter se passado pelo menos uma década entre o ano da chegada dos imigrantes haitianos, por exemplo, em que a notícia traz à tona os aspectos trabalhistas dos imigrantes negros em Chapecó, essa situação ainda persiste. Por mais que tenha aumentado a presença de migrantes em outros postos de trabalho na cidade de Chapecó, é inegável, olhando pela cidade, que a maior concentração de trabalho para imigrantes haitianos e venezuelanos continua sendo nos frigoríficos da cidade:

Em 2014, Santa Catarina foi o estado que mais contratou haitianos, 6.813. Os frigoríficos, que historicamente sofrem com rotatividade e escassez de mão de obra, além dos baixos salários e condições extremas de trabalho, lideraram a admissão dos imigrantes haitianos. Naquele ano, o Paraná contratou 5.220 e São Paulo 5.174. Chapecó, considerada capital do agronegócio catarinense, foi a segunda cidade em todo o país que mais contratou esses imigrantes. Empresários viajaram para vários destinos em busca dos haitianos. (Bispo; Alves, 2021)

Uma mão de obra que se parece muito com tráfico de pessoas, que são colocadas em um lugar de subalternidade, retirados de sua individualidade, de ser sujeitos em sociedade, em diversos casos de violação de direitos trabalhistas e humanos em troca de capital e poder. Esses elementos se traduzem nas atitudes refletidas no campo individual das pessoas em sociedade, que não reconhecem os esforços daqueles que trabalham em favor do nosso país. Poderia ser uma troca de ajuda mútua, mas se traduz mais em exploração por conta da raça:

Para a procuradora do trabalho do Paraná, Cristiane Maria Sbalqueiro, os imigrantes negros são vítimas de uma “sobreposição de violações”, que envolve xenofobia e o racismo. E avaliou como “amadora” a forma como o país conduziu os processos de interiorização dos imigrantes. “Nos abrigos em Assis Brasil (AC) tinha gente selecionando pessoas pelo tamanho da canela. Nós temos um gargalo muito grande nesse movimento de interiorização do imigrante que acaba sendo feito de forma amadora”, declarou. (Bispo; Alves, 2021)

Capota Vermelha é um exemplo de entrevistada que permite essa compreensão sobre o mundo do trabalho em Chapecó como mulher, mãe, trabalhadora e estrangeira e no modo como isso afeta o cruzamento de sua identidade:

Não vale a pena, sabe! O trabalho não está sendo valorizado na medida do esforço que estamos fazendo. Porque não é fácil trabalhar com porco, não é fácil trabalhar com peru, não é fácil trabalhar com frango, não é fácil lidar com todos os companheiros, não é fácil porque cada cabeça é um mundo e nada é fácil. Mesmo que você vá e fale para seu líder, estou me sentindo mal, acho que tenho covid, ele fala - fica aí, toma um chá e siga trabalhando, isso não é o esperado de um líder, mas, segue recuperando, e trabalhando, porque assim é. Se amanhã você ficar mais doente, e morrer, ele perde um trabalhador, mas em sua família perde o pai, a mulher, esposa, mãe! e quem fica com teu filho? Ninguém! Às vezes os patrões não compreendem, eles querem só ganhar [...]. Porque só te falam, não, se você não quer trabalhar lá fora tem muitas pessoas esperando para trabalhar. Mas, essa pessoa vai sair do mesmo jeito que eu! (Hünnig, 2023, p. 142)

Os trabalhadores são vistos como mercadorias, infelizmente a forma mais comum das empresas enxergarem seus funcionários. Tomando essa visão como comum no mundo do trabalho, isso significa que pessoas que não são homens brancos ocidentais e que detêm poder capitalista, são meras moedas de troca, para quem detém os meios de produção chegar em um único fim: ser dono de um grande capital e poder social. Por isso a fala de Capota Vermelha elucidava muito essa exploração em que seu trabalho e seus filhos, aos olhos da empresa, não são importantes se não estão produzindo. Sua fala vem de um lugar social como mulher, mãe, trabalhadora e estrangeira que ressalta essa falta de empatia e de direitos sociais e trabalhistas por não ser vista nem como um indivíduo que possa ter direito ao descanso, caso necessite, mas que também é colocada em um trabalho em que se exige mais que suas capacidades físicas são capazes de suportar. Isso quando não é nem sequer reconhecida pela própria empresa pelos seus esforços. Quando digo “reconhecida”, penso isso em oposição às muitas empresas que “reconhecem” o esforço de seus funcionários por meio de lembranças e cartas de agradecimento; quero significar com “reconhecimento” é justamente o oposto disso, ou seja, algum benefício que possa de fato aumentar sua qualidade de vida e, conseqüentemente, melhorar seu trabalho. Por falar nisso, inclusive, a título de conclusão

deste capítulo, farei, na próxima seção, algumas observações sobre os auxílios universitários para estudantes imigrantes com base na fala de Hibisco Rosa.

2.7 “Tipo, não vou falar que me ajudou a ficar na universidade, porque até hoje eu também, né? Hoje eu não estou recebendo o auxílio, entendeu? Não estou recebendo auxílio. Senão, já ia deixar” - Os auxílios na permanência estudantil

Coisas assim, entendeu? A pagar xerox, essas coisas. Mas tipo, não me sustenta. Não, não vou. Tipo, não vou falar que me ajudou a ficar na universidade, porque até hoje eu também, né? Hoje eu não estou recebendo o auxílio, entendeu? Não estou recebendo auxílio. Senão, já ia deixar. Mas tipo, na época que eu não era casada, meu pai pagava tudo para nós, entendeu? Pagava tudo, tudinho. A casa, comida, tudo para comprar roupa. Tipo para gastar. Ele pagou tudo, entendeu? Ele manda, manda dinheiro para nós e até hoje está mandando para mim. Não? Como que eu sou casada? Na nossa cultura eu não preciso. Mas tipo assim, manda para minha filha assim. Obrigado, pai. Mas tipo, para mim, para me sustentar. Entendeu? Mas para minhas irmãs que não são casadas, ele está mandando até hoje. Mas tipo, o auxílio da UFFS me ajuda, tipo a compra dessas coisas assim, entendeu? Ah, pagar xerox, essas coisas. Mas tipo, não me sustenta³⁸.

Agora casada, Hibisco Rosa não recebe mais ajuda financeira de seu pai, sendo esse um processo cultural, a filha que se casa para de receber ajuda familiar, pois pelo casamento se entende estabilidade, sua irmã, porém, ainda recebe, pois está estudando e ainda não se casaram. Hibisco Rosa atua em uma área (que não irei mencionar para não revelar sua identidade) em que se formou há pouco tempo por outra instituição. No entanto, não parou de estudar na graduação que ainda está por concluir na UFFS *campus* Chapecó.

Para permanência estudantil, em geral, não é necessário somente ter auxílios financeiros, mas também laços de amizade ou pessoas com que se tenha proximidade. Por maior que seja a independência que se possui temos no ensino superior, é necessário que em algum momento, se crie um grupo de pessoas com coisas em comum como ciclo de amizades ou grupo de estudos, não só para fins acadêmicos mas também fortalece indiretamente os vínculos com a instituição em que pretende se concluir uma graduação. Sendo comum a todos os ambientes sociais. O fazer universitário, entretanto, é individualista e na medida em que ela se insere na sociedade reproduz, através das ações das pessoas, o sistema racista, num lugar onde se tem menos pessoas negras do que pessoas brancas, pode assustar e criar um ambiente de exclusão para quem é pertencente a um grupo minoritário, fazendo com que as amizades sejam muito importantes para não esquecer de sua história e também para ter com quem contar:

³⁸ Hibisco Rosa.

É muito importante, porque às vezes a gente consegue conversar sobre a comida do Haiti, sobre a bandeira, tipo o que é que é, tipo o dia da bandeira do Haiti e 18 de maio que foi passado. Às vezes a gente programou uma coisa, dança, essas coisas que sempre tem na UFFS. Se tem mais imigrantes que estão entrando, a gente se ajuda. Por exemplo, aquilo que aconteceu lá no Rio Grande do Sul, a gente no grupo, a gente teve uma menina que falou sobre isso, passou um pix para mandar dinheiro para comprar coisas e mandar para uma mulher que é brasileira. Esqueci o nome dela agora, mandar tipo no pix dela. Depois ela manda a foto que ela comprou para compartilhar com os haitianos. Na verdade, não só haitianos como os brasileiros também. Então, mesmo que a gente não seja rico, a gente junta dinheiro para ajudar outros, entendeu? Às vezes tem um estudante que já se inscreveu na UFFS, mas que não tem lugar para descer. Então a gente já procura casa para ajudar, entendeu? Já está procurando trabalho, essas coisas³⁹.

Esse grupo mencionado por Hibisco Rosa foi formado pelos próprios imigrantes da cidade, criando uma conexão com o Haiti através de laços de amizade e cooperação, se fazendo muito importante na vida da entrevistada, tanto para lembrar e comemorar datas de seu país natal, como para manter a conexão a partir desses laços, que proporcionam também ajuda a terceiros, em que aqueles que já estão aqui se juntam para fazer ações solidárias, ou para ajudar outros colegas que acabaram de chegar. Esse movimento se faz muito importante para que possam continuar vivendo na cidade, caso, assim, decidam.

De certa forma, isso ajuda na manutenção estudantil pelos laços que se criam, de ajuda mútua não só dentro do grupo, mas também incluindo aqueles que chegam. Esse movimento possibilita que sua identificação social se torne mais próxima e possa ser mantida, sendo uma forma de permanência estudantil que se gera pelos laços afetivos aqui criados, sendo determinante para a manutenção dos estudos, moradia e das relações sociais.

³⁹ Hibisco Rosa.

CONCLUSÃO

Em uma cidade de população majoritariamente branca, lembrada muito pela colonização e descendência européia, pessoas indígenas e negras não aparecem na árvore genealógica, e, quando se encontram essas conexões, isto é, com pessoas indígenas ou negras, isso ocorre muitas vezes com espanto, e não por descobrir esses antepassados em sua linhagem, mas com relação a *como* isso pode ter ocorrido.

Nesta pesquisa pude analisar, a partir de referenciais que embasam meu pensamento para essa pesquisa, como o racismo estrutural, tão presente na estruturação do país, afeta a vida de pessoas estrangeiras, que muitas vezes desconhecem, esse lado do Brasil, que promove exclusão social e força as pessoas a sujeitaram-se a uma posição subalterna num sistema que privilegia majoritariamente pessoas brancas, homens, cisgêneros e que detentores poder de capital/econômico.

Procurei compreender as falas das mulheres a partir delas mesmas, inspirada pela metodologia afro-portuguesa de Grada Kilomba. Essa metodologia não me permite controle nas falas do sujeito, e nem é isso que procuro. E, invertendo a lógica de pesquisa tradicional, de fazer do sujeito um objeto de pesquisa, moldando suas falas de acordo com a pesquisa, as mulheres que falaram aqui tornaram-se *sujeitas* a partir de suas falas, e minha pesquisa em seu objeto, seu veículo. Suas falas são os caminhos que tomei para os questionamentos desenvolvidos aqui. Permitindo abertura para suas falas, meu trabalho acabou se tornando mais fluido, a narrativa de Hibisco Rosa revelou questões que não tinha previsto inicialmente para a análise .

No primeiro capítulo, como vimos, busquei fontes relativas às imigrações recentes, com ênfase na haitiana, mas também apontando acerca da migração venezuelana, mais recente, assim como também trabalhei com uma matéria jornalística que conta com relatos de racismo na UFFS *Campus* Chapecó. Contextualizei o movimento migratório analisado como um movimento que, na grande maioria dos casos, se baseia na busca por melhorias das condições de vida e das condições de trabalho, o que levou muitas pessoas, homens e mulheres, a romperem com vínculos de seus países e com familiares e amigos com a esperança de encontrar melhores oportunidades de trabalho, estudo ou ambos e, talvez, com objetivo de retornar para sua terra natal em melhores condições.

No segundo capítulo, utilizei os conceitos de racismos para poder desenvolver e relacionar com as estruturas em que as duas mulheres, Hibisco Rosa e Capota Vermelha, estavam inseridas, e também pensar em como os ocorridos se interligam com essas instituições que apresentam elementos de estratificação social baseados na raça e no gênero. Mesclando um pouco o espaço universitário com as vagas de trabalho disponibilizadas em Chapecó, realizei dentro do meu escopo de pesquisa, um diálogo entre as perspectivas interseccional, percebendo que essas divisões geram uma visão mais ampla sobre o acontecimento isolado. O que conecta os acontecimentos da vida de mulheres negras migrantes distintas é a estrutura social, que sempre busca estratificá-las em uma hierarquia desigual não só de poder, mas também de direitos.

Nessa estratificação de direitos, percebi, no programa Pró-Imigrante, antigo PROHAITI, o mesmo problema. Veja esses programas através da análise de Silvio Almeida (2019), que se enquadram como programas de:

(...) discriminação positiva, definida como a possibilidade de atribuição de tratamento diferenciado a grupos historicamente discriminados com o objetivo de corrigir desvantagens causadas pela discriminação negativa – a que causa prejuízos e desvantagens. Políticas de ação afirmativa – que estabelecem tratamento discriminatório a fim de corrigir ou compensar a desigualdade (...). (Almeida, 2019, p. 23-4)

A desigualdade e a discriminação histórica que o Haiti sofre por parte do mundo, assim como ocorre com outros países, como a Venezuela também, fazem dessa iniciativa (PROHAITI/Pró-Imigrante) uma amenização da desigualdade histórica social e política. Ela, porém, deve ser repensada no sentido preciso de se perguntar se cumpre de fato com essa função da discriminação positiva, pois os cursos das áreas da saúde não são ofertados nos editais dos programas tanto do PROHAITI, quanto do Pró-Imigrante no *campus* de Chapecó. Essa limitação de opções dadas por uma política que visa ser reparadora e benéfica, a partir da visão da entrevistada, suprime oportunidades - oportunidades que, poderíamos acrescentar, são restringidas por irem contra os interesses de certas classes hegemônicas tanto na academia quanto na sociedade.

A partir dos dados analisados é possível verificar a presença de imigrantes em áreas da saúde, mas que certamente não entraram pelos editais do PROHAITI e do Pró-Imigrante, oferecidos até então. Essa oferta potencializaria muito a ampliação do leque de escolhas, tornando esse processo mais democrático. Isso porque, nos aspectos sociais e políticos da cidade, é possível perceber os trabalhos que podem ser ocupados por essas pessoas, como a agroindústria (os setores braçais, claro), e isso também de forma bem limitada, já que também é preciso tomar muito cuidado com a língua, pois se não houver domínio do idioma, essas imigrantes podem se tornar vítimas de crimes trabalhistas sem sequer suspeitar disso.

Aqui, por fim, me permito analisar um campo em que a lei parece não conseguir penetrar, como, por exemplo a Lei da Migração (2017), que não consegue contornar a falha ao não cumprimento de leis trabalhistas para os imigrantes, com meios que garantam entendimento de ambos, empregador e empregado, sobre o acordo de trabalho, que a língua em contrato limita para aqueles que ainda não a dominam ou tem uma boa compreensão.

É importante, portanto, lembrar que essas duas mulheres, Hibisco Rosa e Capota Vermelha, são mulheres que atravessaram o Brasil para chegar em um estado, Santa Catarina, e uma cidade, Chapecó, que, se quiser, pode oferecer oportunidades de um futuro melhor com que elas sonharam ao vir para cá.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

ARRUDA, Angela et al.. **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Heloísa Buarque de Hollanda (Org.). Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I; BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 25-58. Disponível em: <https://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 04 dez 2023.

BUENO, Ney. Os Novos Imigrantes de Santa Catarina. **Agênciaal**, 2022. Disponível em: <https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/especiais/os-novos-imigrantes-de-santa-catarina>. Acesso em: 27 ago 2023

BISPO, Fábio; ALVES, Schirlei. Racismo e xenofobia na indústria da carne. **O Joio e O Trigo**, São Paulo, 5 ago. 2021. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2021/08/racismo-e-xenofobia-na-industria-da-carne/>. Acesso em: 03 jul. 2024.

CECHINEL, Michelle Maria Stakonski. **Zongos em Itinerância**: Migrações Ganesas em Criciúma no Tempo Presente (2014-2021). Orientadora: Gláucia de Oliveira de Assis. 2021. 436 f. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2021. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/6403/TESE_PARA_BIBLIOTECA_MICHILLE_MARIA_STAKONSKI_CECHINEL_16464290551573_6403.pdf. Acesso em: 03 dez 2023.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Sebastião Nascimento com colaboração de Raquel Camargo. Prefácio de Grada Kilomba. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

hooks, bell. **Escrever Além Da Raça**: Teoria e Prática. São Paulo: Elefante, 2022.

hooks, bell. **Não sou eu uma mulher**: mulheres negras e feminismo. Tradução: plataforma guetto, 2014.

HÜNING, Rosangela Maria. **Mundos do Trabalho**: Inter-Relações na Trajetória da Mulher Imigrante na Agroindústria, Chapecó/SC (2013-2020). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-graduação em História, Chapecó, 2023. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/6312>. Acesso em: 03 dez. 2023.

PERON, Lucelia; CELLA, Rosenei; BORDIGNON, Sandra de Avila Farias. Programas específicos de inserção de estudantes imigrantes na UFFS: primeiras impressões. **Cadernos do CEOM: Migrações Contemporâneas**, Chapecó - SC, v. 36, n. 58, p. 75-88, Jun/2023.

Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/7355>. Acesso em: 03 dez 2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v. 23, n. 1, p. 95–103, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338>. Acesso em: 26 ago. 2023.

MULLER, Juliana; SILVA, Karine de Souza; SILVEIRA, Henrique Martins. Santa Catarina no roteiro das diásporas: os novos imigrantes africanos em Florianópolis. **R. Katál**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 281-292, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n2p281>. Acesso em: 27 de ago 2023.

PIMENTEL, Marília Lima; COTINGUIBA, Geraldo Castro; RIBEIRO, Ailton Arthur da Silva. O crioulo haitino e o seu reconhecimento político. **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 31-40, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/3921/3083>. Acesso em: 03 de jul. de 2024.

RAZABONI JUNIOR, R. B; LEÃO JÚNIOR, T. M. de A. Imigração haitiana no Brasil: uma análise à luz do princípio da dignidade da pessoa humana e do direito à vida. **Revista Do Instituto De Direito Constitucional E Cidadania**, v. 4, n.1, p. 148-162, 2019. Disponível em: <https://revistadoidcc.com.br/index.php/revista/article/view/24>. Acesso em: 27 ago. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

RODRIGUES, Nathália Karoline Gomes; ALMADA, Tatiana Sousa Silva. O processo de naturalização à luz do direito internacional: controvérsias na fase de requerimento sob a influência da portaria nº 623/2020. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/1284>. Acesso em: 27 ago. 2023.

SILVA FERREIRA, Alisson Vinicius; DO NASCIMENTO, Vitoria Nathalia; MARTINS BORGES, Lucienne. A saúde mental de mulheres imigrantes na universidade. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 26, n. 2, nov. 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/76724>. Acesso em: 03 dez. 2023.

SILVA, K. de S.; MORAIS, P. S. V. Gênero, raça e interseccionalidades no processo de feminização da migração: entre silenciamentos e protagonismo de mulheres negras em Florianópolis. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 13, n. 36, p. 312–339, 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1231>. Acesso em: 16 nov. 2023.

SOARES, C. G.; ANDREOLA, N. J. Branquitude e representações sobre imigrantes haitianos no oeste catarinense. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 25, n. 49, p. 85-114, 2017.. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11130>. Acesso em: 27 ago. 2023.

STAUDT, Taíse. “Senhores do Orvalho” na bagagem: a literatura nas experiências de haitianos no Brasil. Orientador: Profa. Dra. Lívia Santos de Souza. 2022. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos. Foz do Iguaçu-PR, 2022. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/6643/%22Senhores%20do%20Orvalho%22%20na%20Bagagem%3A%20a%20Literatura%20nas%20Experi%C3%Aancias%20de%20Haitianos%20no%20Brasil?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 dez. 2023.

VICENZI, R. Magal de Touba: contexto histórico e as vivências dos imigrantes senegaleses mourides em Chapecó/SC. **Religare**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB, v. 18, n. 2, p. 538–586, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/59266>. Acesso em: 03 dez. 2023.

FONTE

Entrevista realizada pela autora

Hibisco Rosa. Haitiana. Discente na UFFS – Campus Chapecó. Realizada em 31/05/2024